



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 128

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 128

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 15

Dep. Stephanes Júnior 16

Dep. Péricles de Mello 18

Dep. Rosane Ferreira 20

Dep. ANey Leprevost 21

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Dep. Valdir Rossoni 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 26

Liderança do DEM

Dep. Durval Amaral 27

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 28

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 29

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 30

Dep. Antonio Belinati 36

Liderança da Oposição

Dep. Ney Leprevost 31

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi 33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

3ª Discussão 38

2ª Discussão 38

1ª Discussão 38

Discussão Única (Proposições) .. 42

Requerimentos 45

Encerramento da Sessão 45

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 45

DIÁRIO Nº 128

118ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE OUTUBRO DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício,

Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strappasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Alysson Wandscheer, Carlos Simões, Edgar Bueno, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pedro Ivo, Reni Pereira e Ribas Carli Filho (09).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Alexandre Curi (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Professor Luizão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 29/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente da Sessão Plenária do dia 30 de outubro, em virtude de estar representando esta Casa de Leis, na V Conferência Latino-Americana de Software Livre, a ser realizada no Parque Tecnológico Itaipu, município de Foz do Iguaçu.

Sendo o que apresenta para o momento, renovo meus elevados préstimos de consideração e apreço.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2936

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia a Proposição nº 086/07, item 05.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 864/07, item 04 da Ordem do Dia desta data, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o arquivamento do projeto de Lei nº 584/07, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, propõe, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Extraordinária para a efetivação de Sessão Solene do evento denominado Honraria de Mérito dos Trabalhadores - Prêmio Personalidades do Paraná, no dia 23/04/09, às 18h30.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de evento promovido pela Fundação Força Trabalhista do Paraná e pela União das Associações de Empregados da CIC, Região Metropolitana e Estado do Paraná, tendo por objetivo homenagear trabalhadores de todas as origens de atividades fins do trabalho, das diversas escalas sociais, empregados ou patrões, da iniciativa privada ou pública, indicados por entidades representativas, por autoridades e Parlamentares dos poderes municipais e estaduais que acompanham este universo e que queiram sugerir nomes de trabalhadores.

Valendo ressaltar que o evento encontra-se em 15ª edição, tendo homenageado aproximadamente 1 mil trabalhadores do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja desconsiderado o requerimento datado de 10/07/07, onde solicitava a não inclusão de seu nome como segurado do Plano de Previdência Social dos Srs. Deputados Estaduais, por ter o mesmo caráter facultativo.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da Sra. Oneida Barbeiro Constantino, esposa do Diretor-Presidente da EXPOARA em Arapongas.

Esta Casa de Leis se solidariza com a família nesse momento de dor.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iraides dos Santos Lopes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dinarte Gomes da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivone Aparecida dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do menor Juan Victor de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Mário Vasco, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Frederico Ernesto Eckert, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eni Terezinha Pacheco, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eulides Ferreira da Rosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alaide de Oliveira Bittencourt, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Silvionei Correia, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nelci Maria Nieviadonski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Claudio Stival, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lucia Rosa Corteleti, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Junko, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Everton Roberto Maier, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2957

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Helena Regina Araújo Leoni.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 28 do corrente a Professora Helena Regina Araújo Leoni, com 64 anos de idade. Era filha de Sebastião Amaral Araújo e Dona Helena Bara Araújo. Era viúva do Dr. Cesar Augusto Leoni, falecido em 1999, Procurador aposentado da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi Vereador no município da Lapa durante quatro mandatos. Deixou uma filha de nome Letícia e uma neta.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Helena Regina Araújo Leoni.

O destino roubou-a ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes, aos amigos e a labuta diária.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar em tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Helena, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2978

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da Sessão dos trabalhos desta data, para que fique registrado para a posteridade, votos de congratulações e aplausos ao jornal O Estado do Paraná, pela importante divulgação sobre o perigo do cigarro entre a população, com doenças respiratórias sobre o uso do tabagismo.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja da ciência ao Dr. Paulo Cruz Pimentel para que receba e transmita à todos os seus auxiliares.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornal O Estado do Paraná, comandado pelo Dr. Paulo Cruz Pimentel, em data de hoje, publicou um artigo brilhante e muito importante sobre a saúde: a culpa é do cigarro.

Concordamos perfeitamente, pois, o cigarro traz constantemente doenças respiratórias e outras como pulmões.

O tabagismo é a principal causa da doença em todo o mundo. O cigarro é a quinta maior causa desse problema no Brasil.

Felicitemos mais uma vez o Dr. Paulo Cruz Pimentel, Diretor-Presidente do jornal O Estado do Paraná, bem como a todos os seus auxiliares pela reportagem aludida ao cigarro. Alertar sobre um perigo foi o que constatamos ao ler o referido artigo em data de hoje. Grande é, pois a responsabilidade que o jornal assume perante o público.

O jornal é sem dúvida nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto Poder.

Que seus auxiliares do jornal O Estado do Paraná, se inspirem nos exemplos do Dr. Paulo Cruz Pimentel, são, os desejos deste Parlamentar.

REQUERIMENTO Nº 2959

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Reumáticas.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Reumáticas, instituição de utilidade pública que realiza um trabalho de apoio junto a comunidade, prestando solidariedade e informação aos reumáticos, realizando neste mês, encontro entre médicos e pacientes para celebrar o Dia Mundial do Reumatismo e aproximar os portadores de reumatismo das novas técnicas sobre os tratamentos que estão sendo praticados pelos melhores especialistas na área, motivando-os na busca de uma solução para seus problemas de saúde.

REQUERIMENTO Nº 2960

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. José Antonio Soares.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Antonio Soares, Diretor Geral das Faculdades Santa Cruz que tem uma trajetória de sucesso, comemorando seus 15 anos de serviços prestados a comunidade, sempre dirigindo a instituição com qualidade, interagindo com os setores produtivos e os prestadores de serviços à comunidade, mantendo a noção de Educação viva, elaborando e divulgando a transformação constante do conhecimento, preocupado em satisfazer as expectativas de seus acadêmicos,

com proposições de transformação social, aliado a melhoria da qualidade de vida daqueles que participam do processo educacional.

REQUERIMENTO Nº 2961

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, aos formandos do curso de Normal Superior turma 2005/2 da FAEL - Faculdade Educacional da Lapa/PR.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos formandos do curso de Normal Superior turma 2005/2 da FAEL - Faculdade Educacional da Lapa/PR que nos últimos anos se dedicaram ao aprendizado, para tornarem-se aqueles que difundirão valores éticos, sociais, conteúdos e conhecimento, integrando escola e comunidade, docentes agora, que tem o domínio do conhecimento pedagógico e dos processos que possibilitam elaborar projetos educativos, gerindo trabalhos de classe, avaliando as situações didáticas e zelando pelos alunos sob sua responsabilidade, profissionais professores que assumem a responsabilidade de educar e orientar não só um ser humano, mas uma sociedade por inteiro, que é carente de o seu bem maior formando, a sua capacidade adquirida de ensinar corretamente e com conhecimento.

REQUERIMENTO Nº 2962

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Jeulliano Pedroso, Presidente do Conselho Administrativo da Casa do Estudante Universitário.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jeulliano Pedroso, Presidente do Conselho Administrativo da Casa do Estudante Universitário, que comemora 60 anos de existência. Fundada em 11/08/48 por Dona Herminia Rolim Lupion e os estudantes universitários da capital do estado, representados pela União Paranaense dos Estudantes, com o objetivo de auxiliar moradores carentes de recursos financeiro vindos do interior e demais regiões do país.

Com uma grande lista de ilustres ex-moradores, a Casa do Estudante Universitário, vem durante todos estes anos, acolhendo alunos das mais diversas regiões do estado que aqui estudam.

REQUERIMENTO Nº 2963

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações, ao SINDICLUBES/PR e seu Presidente Dr. Paulo Roberto Colnaghi Ribeiro.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao SINDICLUBES/PR e seu Presidente Dr. Paulo Roberto Colnaghi Ribeiro, que neste mês completa dez (10) anos de existência, agregando os clubes e seus associados, com o objetivo claro e evidente de não só entreter seus sócios, mas também atender a comunidade com ações de educação, esporte e cultura, ultrapassando os muros de suas entidades e atingindo as comunidades carentes.

REQUERIMENTO Nº 2964

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Teresa Urban.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Teresa Urban, identificada pelas lutas e conseqüentes prisões políticas sofridas por ter defendido o homem oprimido; o apego à cultura paranaense-polaca; e sua insubstituível presença no jornalismo do estado, como repórter e comandante de redações, sua força hoje repousa na intransigência com que defende o meio ambiente.

REQUERIMENTO Nº 2965

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Vitor Hugo Burko.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Vitor Hugo Burko, misto de filósofo, administrador de sonhos e certezas, discípulo de Demóstenes, marcado por lances que o mostram universal e, ao mesmo tempo, dono de um certo charme provinciano quando enuncia seus projetos, entre os quais, o seu livro, que está lançando com o título de: “Redescobrimos a cidade: uma visão empreendedora de administração municipal”, que nos revela a trajetória e um líder público convergente e convertido ao desenvolvimento local sustentável, instrumento de indução ao desenvolvimento humano e social, antecipando uma das mais contemporâneas visões de sustentabilidade do planeta, o funcionamento da cidade-rede.

REQUERIMENTO Nº 2966

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Hospital do Câncer de Londrina.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Hospital do Câncer de Londrina que realiza várias cirurgias, sessões de quimio e radioterapia, radiografias, cintilografias, tomografias, ultra-sonografia, biópsia, curativos, retirada de pontos, exames de sangue e outros procedimentos, todos custeados pelo SUS e pela ajuda de empresas e da comunidade, mostrando como é importante para tanta gente o Hospital do Câncer, atendendo cada vez mais pessoas, tornando-se um centro de referência numa região de alta concentração populacional, realizando procedimentos e atendimentos em mais de 70 especialidades, bem como prestando apoio aos mais necessitados, dando-lhes hospedagem através da Casa de Apoio Lucilla Ballalai e desenvolvendo programas de assistência social.

REQUERIMENTO Nº 2967

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Ayrton Luiz Baptista.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ayrton Luiz Baptista que foi Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, militou no rádio, na televisão e em jornais, sempre nos setores informativos e opinativos, frente a representação da classe, procurou obter melhoras na regulamentação da profissão, lutou incansavelmente pela livre manifestação do pensamento, pela prática democrática de se informar o povo de com ele estabelecer um diálogo verdadeiro, de mão dupla, captando suas ansiedades e suas esperanças, ajudando assim o nosso país a conquistar a liberdade de expressão.

REQUERIMENTO Nº 2968

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Shopping Mueller, pelos seus 25 anos.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Shopping Mueller, pelos seus 25 anos de existência, prestando relevantes serviços a sociedade curitibana desde a sua inauguração, demonstrando inovação e credibilidade em uma área em que é precursor, abrindo caminho para outros empreendimentos no setor, tornando-se assim, referência em qualidade e bom atendimento aos consumidores aos quais trata com respeito e consideração, símbolo de uma Curitiba do passado através de sua arquitetura restaurada e ao mesmo tempo identidade de uma cidade moderna.

REQUERIMENTO Nº 2969

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Jorge Miguel Samek.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jorge Miguel Samek, Diretor Geral da Itaipu Binacional, formado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná, foi Secretário Municipal do Abastecimento e Vereador em Curitiba, tendo sido ainda o Deputado Federal mais votado da região. Escreveu dois livros nos quais registrou idéias para o planejamento urbano de Curitiba. Como Diretor Geral da Itaipu Binacional, é o gestor de grande parte da energia que movimenta o Brasil e de diversos projetos ambientais que preservam a região que abrange a hidrelétrica, criando condições para o desenvolvimento equilibrado e sustentável dos diversos municípios paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2970

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. José Eugênio Ghignone.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Eugênio Ghignone, livreiro que é um ícone no mundo paranaense dos livros, representante desbravador e consolidador do mercado de livros no estado do Paraná, íntimo com as letras, que ajudou a lançar diversos valores paranaenses e apoiou outros tantos escritores nacionais, sendo um farol em tempos de trevas, raridades em nosso país, resistiu nos tempos em que queriam fazer fogueira de livros e idéias, indicador das obras essenciais para a formação das novas gerações por ser um conhecedor profundo da literatura e de opinião segura.

REQUERIMENTO Nº 2971

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça, Porcelanas, Pisos e Revestimentos Cerâmicos no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça, Porcelanas, Pisos e Revestimentos Cerâmicos no estado do Paraná, na pessoa de seu Presidente Sr. José Canisso, que neste mês realiza a 18ª Feira da Louça no município de

Campo Largo, promovendo assim a divulgação do município e de suas indústrias, reforçando também o título de Capital Nacional da Louça o qual adquiriu por sua capacidade de produzir com qualidade em larga escala, suprimindo o mercado nacional e externo.

REQUERIMENTO Nº 2972

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Flávia Rocha.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Flávia Rocha, jornalista de formação, com passagem pelo curso técnico de design industrial e poeta de coração, mestre em Criação Literária da Columbia University dos Estados Unidos, fundadora da Academia Internacional de Cinema em Curitiba; suas poesias são escritas buscando estabelecer contato com a percepção mais sensível do mundo, lírica e memorialista, seu poema tem uma proposta onírica, ao mesmo tempo descritivo, mais de sensação e percepção do que emoção.

REQUERIMENTO Nº 2973

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, *in memoriam* ao Sr. Jamil Snege.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem *in memoriam* ao Sr. Jamil Snege, crítico de seu tempo, cronista, contista, sociólogo, marquetólogo, modelador de políticos, homem de espírito, amigo, genioso, genial e generoso, criador de campanhas políticas e publicitárias que são de domínio da história da propaganda do Paraná, viveu sob muitas lentes, foi para-quedista, pesquisador e sociológico, admirador das artes, dono de um humor finíssimo, crítico de todos e dele mesmo, escreveu várias obras que foram muito além dos livros que publicou, foi um marco na vida de Curitiba que viveu, conheceu e radiografou.

REQUERIMENTO Nº 2974

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Manoel Coelho.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Manoel Coelho, arquiteto que também faz design, deixando suas digitais em Curitiba, em construções monumentais, nas sinaliza-

ção facilitando a circulação urbana, nas identidades institucionais com acentos de perenidade, no mobiliário urbano e em outras obras que só verdadeiros mestres cinzelam, arquiteto que propõe símbolos que se impõem no entendimento de qualquer idioma e nação, gerando marcas, sinais, figuras de aceitação universal, artista da casa comum, ecumênico por excelência, operário dos signos e dos partidos gráficos, arquiteto e urbanista, credenciado pela primeira turma do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2975

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, *in memoriam* ao Sr. João Dedeus Freitas Netto.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem *in memoriam* ao Sr. João Dedeus Freitas Netto, ex-Pracinha da Força Expedicionária Brasileira, médico sanitaria, profissão exercida na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná praticando a medicina social, jornalista que implantou a renovação de imprensa paranaense, dono de um conhecimento enciclopédico sobre a Curitiba antiga, formador de gerações de jornalistas, socrático disciplinador, conselheiro repassou conhecimento e modelos a vida toda e, não menos importante, respeitado jogador de basquete, motivo pelo qual foi criado o Torneio Nacional Freitas Netto de Veteranos de Basquetebol. Foi também, Presidente do Sindicato dos Jornalistas e membro do Conselho de Ética ao qual emprestou seu conhecimento e testemunho.

REQUERIMENTO Nº 2976

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Mário Fernando de Camargo Maranhão.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Mário Fernando de Camargo Maranhão que foi jornalista até formar-se médico, onde obteve ascensão e credibilidade, especificamente na área de cardiologia, tornando-se líder incontestado entre os cardiologistas do mundo todo, por transmitir seus conhecimentos médicos sob novo enfoque, o da prevenção das doenças, especialmente as de origem cardíaca, ex-Presidente da Federação Mundial de Cardiologia da qual é Conselheiro de Cardiologia Clínica, conferencista freqüente em países do sudoeste

Asiático e América Latina, pregador da prevenção como o melhor dos remédios, preocupa-se também, com os serviços comunitários que realizou através do Rotary Clube de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2977

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Jornal Visão Judaica.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Jornal Visão Judaica que é um veículo independente da Comunidade Israelita do Paraná, destinado a transmitir a colônia judaica os fatos que acontecem o mundo, no Brasil e no nosso estado, sempre focado na liberdade através da paz e da informação, com isenção e imparcialidade, pregando a igualdade e a justiça entre os povos, solidarizando-se aos que sofrem perseguição, dando-lhes apoio e incentivo para superar as adversidades.

REQUERIMENTO Nº 2938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, e à Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a destinação de ônibus escolares para os municípios de Foz do Iguaçu, Anahy, Braganey, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Guaraqueçaba, Iguatu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Rami-lândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Os municípios acima nominados necessitam, em caráter de urgência, de ônibus para o transporte de alunos da rede municipal e estadual de ensino, especialmente para a locomoção de estudantes que residem na área rural e não possuem meios para deslocamento, de suas residências até o estabelecimento onde estão matriculados.

Alguns municípios, sem recursos para adquirir veículos, estão com déficit nesse tipo de sistema de transporte, sendo insuficientes para transportar o número de alunos que necessitam, provocando superlotação dos veículos e colocando em risco a segurança dos estudantes; e outros, possuem veículos em precário estado de conservação, não tendo outra alternativa senão continuar a utilizá-los, oferecendo também risco aos estudantes.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 458/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Governo do Estado do Paraná, na renovação da frota de veículos de sua propriedade ou locados, utilizados nas Secretarias e demais órgãos da administração do estado, deve priorizar a utilização do biodiesel.

Art. 2º As despesas decorrentes do processo de renovação devem ser suportadas pelas dotações orçamentárias vigentes, precedidas de estudo de viabilidade técnico-financeira, de modo a optar sempre pelos princípios da qualidade e da economicidade e demais disposições legais que regem as despesas públicas.

Art. 3º Os editais de licitação para a locação de veículos deverão, preferencialmente, selecionar veículos movidos a biodiesel, obedecidos os princípios de eficiência e economicidade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como preocupação aspectos concernentes ao meio ambiente, objetivando melhor qualidade de vida aos cidadãos e fazendo com que haja economia substancial nos gastos do Poder Público com transporte, zelando também para uma atmosfera mais saudável. Constatamos que o momento atual impõe o desenvolvimento sustentável da economia, fazendo com que o uso do biocombustível seja um verdadeiro instrumento de desenvolvimento social e de equilíbrio ao meio ambiente, de acordo com o estabelecido na própria Constituição Federal, conforme o seu artigo 225 que determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Também as diversas leis e regulações que estão sendo implementadas estabelecendo o uso e adição do biodiesel ao óleo diesel comercializado no país, diante das constantes preocupações levantadas mundo afora sobre a necessidade de redução dos agentes poluidores na atmosfera, é de nossa alçada propor este projeto, que tem por objetivo inserir efetivamente o uso do biodiesel no âmbito dos veículos públicos estaduais; apelamos, assim, aos nobres Pares pela aprovação da presente proposição, que representa economia de recursos, e melhor qualidade de vida.

PROJETO DE LEI Nº 459/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, a criar o Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná, com a finalidade de inserir no mundo letrado as pessoas maiores de 14 anos, analfabetos e semi-analfabetos, da comunidade em geral, que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino regular, na época apropriada;

§ 1º O programa de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizado em parceria com os municípios paranaenses.

§ 2º O Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná, poderá, também, ser realizado mediante convênios com Organizações Não Governamentais, entidades religiosas, cooperativas e associações, que realizem atividades relacionadas à Educação.

Art. 2º A coordenação e gestão do programa serão realizados por grupo especial, em cada município, composto por representantes das diretorias de ensino, das Prefeituras e das entidades, conforme cada caso.

Art. 3º As escolas estaduais e municipais poderão ceder espaços ociosos para a instalação das salas de aula do Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná.

Art. 4º Programa de Alfabetização de Adultos será flexível, devendo ser adaptado conforme a realidade de cada comunidade e da estrutura disposta para este fim.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proporcionar aos educandos, com idade superior a 14 (quatorze) anos, a iniciação ao ensino básico: ler, escrever e efetuar operações matemáticas, visando a sua maior participação na sociedade, despertar a consciência dos direitos e deveres, bem como sua responsabilidade diante da comunidade, suscitar o sentimento da dignidade e dos valores essenciais da vida humana, assim como a capacidade de avaliar criticamente os acontecimentos, ou até mesmo interferir neles e auxiliar os educandos a superar o desafio cada vez maior do uso das novas tecnologias.

O Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná tem a finalidade de atender a um público que não pode ou não consegue se matricular nas

escolas regulares, por se sentirem envergonhados e/ou incapazes de frequentar as referidas escolas, ou por não disporem de escolas em locais de fácil acesso.

Acreditamos que a alfabetização é indispensável para que o país possa crescer, reduzindo ao mesmo tempo os desequilíbrios internos da nação e as desigualdades entre os indivíduos.

Segundo o último Censo do Ministério da Educação existem 649 mil adultos analfabetos que vivem no estado do Paraná, sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 460/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido 20% (vinte por cento) de desconto no transporte coletivo intermunicipal, para idosos com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos.

Art. 2º Para fins desta lei, considera-se:

I - idoso, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos;

II - serviço de transporte intermunicipal de passageiros: o que transpõe o limite do município;

III - seção: serviço realizado em trecho do itinerário do serviço de transporte, com fracionamento de preço; e

IV - bilhete de viagem do idoso: documento que comprove a concessão do transporte gratuito ao idoso, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso do idoso no veículo.

Art. 3º O idoso com renda ou inferior a dois salários-mínimos terá direito ao desconto mínimo de cinquenta por cento do valor da passagem em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros.

§ 1º Incluem-se na condição de serviço convencional:

I - os serviços de transporte rodoviário intermunicipal convencional de passageiros prestado com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares;

II - os serviços de transporte ferroviário intermunicipal de passageiros, em linhas regulares, e

III - os serviços de transporte aquaviário intermunicipal, abertos ao público, realizados nos rios, lagos, lagoas e baías, que operam linhas regulares, inclusive travessias.

§ 2º O desconto previsto no *caput* deste artigo estará disponível até uma hora antes do início da viagem.

§ 3º O beneficiário não fará jus do desconto nos feriados prolongados, dentro de um período não superior a cinco dias, conforme regulamentação da autoridade competente.

§ 4º O Bilhete de Viagem do Idoso e o bilhete com desconto do valor da passagem são intransferíveis.

§ 5º Quando a empresa prestadora do serviço efetuar a venda do bilhete de passagem com o desconto previsto no *caput* deste artigo, deverá nele constar essa situação, mediante acréscimo das seguintes informações:

I - desconto para idoso;

II - nome do beneficiário.

Art. 5º O Bilhete de Viagem do Idoso, será emitido pela empresa prestadora do serviço, em pelo menos duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora, e nela constarão, no mínimo, as seguintes indicações:

I - nome, endereço da empresa prestadora do serviço, nome de inscrição no CNPJ e data da emissão das autorização;

II - denominação “Bilhete de Viagem do Idoso”.

III - número da autorização e da via;

IV - origem e destino da viagem;

V - prefixo da linha e suas localidades terminais;

VI - data e horário da viagem;

VII - número da poltrona;

VIII - nome do beneficiário, e

IX - número do documento de identificação do beneficiário.

Art. 6º No ato da solicitação do Bilhete de Viagem do Idoso ou desconto do valor da passagem, o interessado deverá apresentar documento pessoal que faça prova de sua idade e da renda igual ou inferior a dois salários-mínimos.

§ 1º a prova de idade do beneficiário idoso far-se-á mediante apresentação de qualquer documento pessoal, com fé pública, que comprove.

§ 2º A comprovação de renda será feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações atualizadas;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - carnê de contribuição para o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo INSS ou outro regime de previdência social público ou privado; e

V - documento ou carteira emitida pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.

Art. 7º A segunda via do “Bilhete de Viagem do Idoso” deverá ser arquivada, permanecendo a mesma em poder da empresa prestadora do serviço nos trezentos e sessenta e cinco dias subseqüentes ao término da viagem.

Parágrafo Único. As empresas prestadoras dos serviços de transporte deverão mensalmente informar ao órgão

competente do Poder Executivo, a movimentação de usuários titulares do benefício, por linha e por situação.

Art. 8º O descumprimento ao disposto nesta lei sujeitará o infrator à sanção de multa, sem prejuízo das demais sanções regulamentares e contratuais, e das de natureza civil e penal.

Parágrafo Único. O valor da multa será fixado pelo órgão competente do Poder Executivo.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 10741, de 01/10/03, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso em seu artigo 3º dispõe que tanto o Poder Público quanto a sociedade devem priorizar o efetivo cumprimento dos direitos dos idosos, garantindo o atendimento preferencial a estes junto aos órgãos públicos e privados, estabelecendo em seu artigo 4º punição em caso de desrespeito ao seu enunciado, senão vejamos:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único. A garantia de prioridade compreende:

I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II - ...

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

Assim, o estatuto visa garantir proteção global aos idosos, em face da situação peculiar em que se encontram.

Entende-se por proteção global aquela responsável pela preservação ou recuperação da integridade da pessoa idosa. A lei em comento é minuciosa e completa neste aspecto, tratando, dentre outros temas, da assistência médica-hospitalar, fornecimento de remédios, transporte público gratuito, direito à educação, habitação, esporte e acesso à justiça.

A presente propositura busca ampliar a utilização do benefício relativo ao transporte de passageiros que necessitam do desconto da passagem para o seu deslocamento. A realidade nos mostra que há um número muito grande de pessoas, dentre elas diversos idosos, que precisam viajar a outros municípios para obter atendimento

médico-hospitalar ou ter acesso a outros equipamentos públicos, em virtude da precariedade do atendimento oferecido em seus municípios de origem.

O Estatuto do Idoso prevê a possibilidade de concessão de benefícios, relativa ao transporte coletivo, nos âmbitos urbano, semi-urbano e interestadual, sem contudo, mencionar o transporte intermunicipal. Conforme já exposto é essencial que seja estendido este tipo de benefício, nos moldes do transporte coletivo interestadual, aos idosos que necessitam se locomover de um município a outro na busca pela satisfação de suas necessidades.

Diante do exposto, e na certeza da efetiva proteção do idoso, submeto ao presente à apreciação desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 461/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Social Antenor Prestes Vieira, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade o atendimento às famílias carentes e aos idosos, através da atenção à Saúde, bem-estar social e capacitação profissional.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 462/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio a merenda escolar orgânica.

Parágrafo Único. Entende-se por merenda escolar orgânica a merenda escolar certificada, conforme legislação federal pertinente. Assim, entre outras especificações da legislação, os alimentos fornecidos na merenda escolar não poderão conter agrotóxicos em toda a cadeia produtiva de todos os seus itens e componentes.

Art. 2º A implantação desta lei será feita de modo gradativo, de acordo com as condições e cronogramas elaborados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, até que 100% (cem por cento) do sistema de ensino público do estado do Paraná garantam a seus alunos o direito à merenda escolar orgânica.

Art. 3º O Poder Executivo preverá na legislação orçamentária as condições e as escalas de aplicação da presente lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA

ELTON WELTER

LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Na infância e na adolescência o corpo humano se forma. Todos os nossos órgãos, como os rins, fígados, pulmões, tiram de nossa alimentação e de nossos hábitos de vida os nutrientes e as condições para toda a vida. Quanto melhor as condições neste período de vida, melhor será nossa saúde na vida adulta e principalmente na velhice.

Inúmeros estudos clínicos e científicos demonstram que uma nutrição de baixa qualidade ou que contenha inúmeras substâncias tóxicas, repletas de aditivos químicos e hormônios sintéticos propiciam ou estimulam o aparecimento de doenças degenerativas. O consumo de carnes com hormônios e antibióticos em excesso já é considerado um fator de risco para o aparecimento de neoplasias (cânceres).

Atualmente, apesar dos esforços meritórios das Secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente, a merenda escolar continua sendo ofertada com agrotóxicos, antibióticos, hormônios, etc. A Secretaria de Estado da Saúde já despende enormes quantias para o tratamento de doenças degenerativas, que com certeza poderiam ser evitadas, ou ao menos minimizadas, caso a população não consumisse alimentos contaminados.

O único argumento que poderia ser contrário à merenda orgânica seria a comparação do preço do alimento orgânico em relação ao convencional. Entretanto, com a elevação do consumo deste tipo de produto, e o conseqüente aumento da demanda, seus preços irão baixar e certamente deverão se aproximar dos produtos convencionais.

No entanto, em que pese a superficial argumentação atinente ao preço, questiona-se: quanto vale investir na promoção da saúde de nossos filhos? Quanto custa para o estado do Paraná os inúmeros casos de intoxicação por agrotóxicos? Quanto custa ao estado do Paraná as inúmeras doenças decorrentes do uso dos agrotóxicos?

De acordo com o Manual da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos da Organização Pan-Americana da Saúde¹, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ocorram no mundo cerca de três milhões de intoxicações agudas por agrotóxicos, com 220 mil mortes

por ano. Dessas, cerca de 70% ocorrem em países do chamado terceiro mundo. Além da intoxicação de trabalhadores que têm contato direto ou indireto com esses produtos, a contaminação de alimentos tem elevado a grande número de intoxicações e mortes.

Conforme o Centro de Epidemiologia (CEPI) da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA/PR), os agrotóxicos aparecem em 2º lugar como causa de intoxicação humana. Nos anos de 1993 e 1994 foram registrados 1 mil e 141 e 1 mil e 059 casos, respectivamente. A circunstância profissional aparece em primeiro lugar, correspondendo a 53,4% dos casos em 1993, e a 63,2% em 1994. Em seguida aparece o suicídio com 25,6% e 21,2% dos casos, respectivamente. A circunstância acidental aparece em terceiro lugar, com 19,2% e 11,8% dos casos, respectivamente.

Os primeiros sintomas da intoxicação por agrotóxicos são dores de cabeça, tonturas, náuseas, vômitos, dificuldades respiratórias, paralisias, dermatites de contato, formação de catarata e atrofia do nervo óptico, lesões cerebrais irreversíveis, pancitopenia (redução das células sanguíneas), neurites periféricas (inflamação dos nervos), diplopias (visão dupla), tremores, aumento da pressão arterial, pendências ao suicídio, tumores malignos, morte fetal, hemorragias, coma e a morte.

Não bastasse o forte argumento de economia que o estado terá evitando problemas causados à Saúde Pública, também se economizará devido ao fato de os produtos serem adquiridos diretamente dos produtores orgânicos locais.

Segundo o Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura - SEAB, existem no Paraná 5 mil e 300 produtores de orgânicos no estado. A safra de 2006/2007 foi de 107 mil e 230 toneladas, sendo que na safra de 1996/1997 foram produzidas 4 mil toneladas, ou seja, houve o aumento de 103 mil e 230 toneladas em dez anos! Seguindo-se esta projeção, o estado do Paraná poderá ter aumento, nos próximos 10 anos, de 2.680,75% a mais de produtos orgânicos no ano de 2016, chegando a produzir 2.980.994 toneladas de produtos orgânicos!

O presente projeto de lei beneficiará em sua plenitude 2 mil e 110 escolas estaduais, mais de meio milhão de pessoas. Mas isso ocorrerá de forma gradual, para que não haja impacto financeiro no Orçamento do Estado.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, em seu artigo 24, aduz que é competência concorrente da união, dos estados e do Distrito federal legislar sobre produção e consumo; conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor; educação e cul-

1. Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde, disponível em <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/livro2.pdf>. Consulta em 21/10/2008.

tura. Assim, não há que se falar em incompetência legislativa para a proposição do presente projeto de lei.

Ademais, o artigo 225 da Constituição da República preconiza que: *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*; e o texto da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 207, complementa o texto constitucional, incluindo a: *garantia à proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais*.

Está nas mãos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dizer sim à saúde de nossas crianças, dizer não às intoxicações e às inúmeras mortes decorrentes dos agrotóxicos e proteger o meio ambiente para uma vida futura com qualidade para todos. Conto com o apoio dos nobres Pares para dizer sim à vida!

PROJETO DE LEI Nº 463/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito dos hospitais da rede pública estadual de saúde o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, destinado às mulheres que sofreram mutilação parcial ou total da mama, decorrente da utilização de técnicas aplicadas no tratamento do câncer de mama.

Art. 2º O Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama visa atender as mulheres no que concerne ao acesso às ações e serviços em todos os níveis de complexidade, bem como abranger a recuperação integral de sua saúde no tratamento de câncer mamário, tendo dentre outros, os seguintes objetivos:

I - criar banco de dados sobre a experiência adquirida com a prática reiterada das várias técnicas cirúrgicas;

II - armazenar dados de pesquisas de incidência do câncer mamário;

III - proporcionar o aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas pré e pós-operatórias existentes; e

IV - as demais medidas que se façam necessárias para a garantia do bom atendimento às pacientes que necessitam do serviço, tais como assistência psicológica pré e pós-operatória e de reabilitação.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo, através da regulamentação da presente lei, implantar o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, em todas as suas etapas e especificações científicas e ainda:

I - dizer sobre o envolvimento de cada uma das unidades de saúde envolvidas no tratamento do câncer de mama;

II - estabelecer quais os hospitais da rede pública estadual estão aptos a acolher o programa;

III - estabelecer os critérios e procedimentos relativos à inscrição da mulher interessada e ao prazo para o seu atendimento;

IV - consignar a possibilidade de escolha, pela mulher mastectomizada, da melhor técnica aplicada ao seu caso, segundo orientação médica.

Art. 4º Poderá o Poder Executivo, mediante convênio com entidades públicas ou privadas de ensino superior, no âmbito da Medicina, Enfermagem, Ciências Biomédicas e Psicologia, bem como outras entidades e hospitais públicos ou privados criar o Centro de Estudos para o Aperfeiçoamento das Técnicas Cirúrgicas. Aplicadas à Reconstituição Mamária, visando ao aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas existentes, bem como a divulgação dos resultados científicos e práticos, alcançados pelo programa.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/10/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei cria o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A reconstrução da mama possibilita, além da recomposição da anatomia, a recuperação da auto-estima, da feminilidade e a melhora da qualidade de vida das pacientes.

O câncer de mama é uma das doenças mais temidas pelas mulheres, devido à sua alta frequência e pelos seus efeitos psicológicos que afetam a sexualidade e a própria imagem pessoal. Raro antes dos 35 anos de idade, mas muito presente acima desta faixa etária, sua incidência cresce rápida e progressivamente. As estatísticas indicam o aumento de sua frequência tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nas décadas de 60 e 70 registrou-se um aumento de 10 vezes nas taxas de incidência ajustadas por idade nos Registros de Câncer de Base Populacional de diversos continentes. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de mama é o segundo tipo mais frequente no mundo e o primeiro entre as mulheres. O número de novos casos no Brasil em 2006 foi de 48 mil e 930, com um risco estimado de 52 casos a cada 100 mil mulheres. Na região sudeste é o mais incidente, com risco de 71 a cada 100 mil.

A mama é um dos símbolos da identidade feminina. A sua extração para tratar o câncer de mama significa muito, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico para a mulher. Portanto, a sua reconstrução é de suma importância para que a paciente recupere a auto-estima auxiliando, assim, o tratamento do câncer e o restabelecimento do convívio social.

As cirurgias reconstrutoras devem ser realizadas simultaneamente à retirada do tumor cancerígeno. Dessa forma, diminui-se o tempo de internação e a reabilitação social é beneficiada. Quanto a reconstrução é imediata, a paciente não precisa conviver com a mutilação parcial ou total do seio, a mastectomia. A experiência se torna menos traumática.

Segundo dados sobre a saúde temos que o câncer de mama é o 2º maior índice de mortalidade no Brasil, ficando atrás somente das mortes provenientes de acidentes automobilísticos, atropelamentos e assassinatos.

Portanto deverá o estado proporcionar o tratamento integral das mulheres acometidas com câncer mamário, que sofreram mutilação, total ou parcial da mama, consistindo numa assistência psicológica pré e pós-operatória e de reabilitação, além da reconstrução, através de cirurgia plástica da mama.

O acometimento de afetação psicológica e social é por demais acentuada entre as mulheres acometidas com a doença, que têm suas mamas mutiladas, total ou parcialmente, a ponto do Conselho Federal de Medicina - CFM reconhecer que “hoje o câncer de mama é a neoplasia maligna mais freqüente no sexo feminino...” e mais, o mesmo documento reafirma que “as doenças da mama, em especial o câncer de mama, são um problema de Saúde Pública na maioria dos países do mundo”, e continua “... já a neoplasia maligna que incide na população brasileira, é também responsável pelo maior número de mortes, inclusive quanto incluímos a população masculina”. (Reunião do CFM, realizada em Belo Horizonte, em 27/11/97).

O próprio CFM indica que o ideal para se evitar o câncer de mama é a prevenção, através de toques feitos pelas próprias mulheres em seus seios, consultas médicas regulares e mamografia. Entretanto, uma vez diagnosticada a doença, sendo necessário o tratamento cirúrgico, com mutilação parcial ou total da mama, há que se remediar essa perda e amenizar suas graves conseqüências de ordem psico-social.

Busca o projeto ora apresentado, que a mulher acometida com a doença seja beneficiária de um atendimento integral, quais sejam:

- um acompanhamento e orientação médica pré e pós-operatório, tanto na cirurgia de mutilação da mama, como na cirurgia plástica reconstrutiva;
- um acompanhamento psicológico pré e pós-operatório;
- um tratamento de reabilitação dos movimentos dos membros superiores; e
- demais tratamentos/acompanhamentos que se fizerem necessários.

Além das questões evidentes de saúde a mulher beneficiada com o programa, resgatará o seu ego, e, assim, tornar-se-á apta para reintegrar ao convívio social e ao trabalho, evitando seu afastamento das atividades ou até mesmo uma aposentadoria precoce.

São estas as razões, que nos levam a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, na expectativa de que seja discutido e afinal aprovado no devida forma regimental.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem o Governo do Distrito Federal encaminhou, anunciou e remeteu à Assembléia Legislativa do Distrito Federal, pedindo um projeto que dá licença maternidade de 180 dias para as servidoras públicas daquele estado. E em conversa com V. Exa. agora há pouco, fizemos tramitar uma emenda à Constituição que passou em primeiro turno no ano passado, e passou por unanimidade nesta Casa, o Governo Federal implementou esta medida para as servidoras públicas federais e para a iniciativa privada é facultativo. Vários estados fizeram esta lei, como é o caso dos estados de São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo e Alagoas. E mais de 50 cidades do país também já implementaram esta medida.

Por isso, este projeto precisa voltar à pauta e será, acredito, na semana que vem, lá por segunda ou terça-feira, e desde já convoco os Deputados para votarem favoráveis a esta medida. na terça-feira teremos na pauta este projeto, que deve merecer o voto - acredito - da maioria desta Casa, que já vem ao encontro do que foi feito a nível nacional e será, de fato, um presente para todas as servidoras e servidores públicos do Paraná. Nisto nós podemos legislar aqui no estado.

A Deputada Luciana Rafagnin, que também é autora deste projeto e este que vos fala, estão esperando ansiosos para que este projeto vire lei aqui no estado, e possamos levar este benefício a todas as servidoras públicas do Paraná.

Sr. Presidente, hoje se vive um momento de grandes problemas na área ambiental. Discutia com técnico da Secretaria da Agricultura no dia de ontem e acompanhei o programa Globo Rural no domingo passado, de como são tratadas as águas para chegar água de qualidade nas grandes cidades, como é o caso de Nova Iorque, que é abastecida com água de mais de 200 quilômetros de distância. Uma água que as pessoas abrem a torneira, servem-se diretamente da torneira e tomam. E por incrível que pareça, quem ajuda a recuperar as águas são as pessoas que moram na parte urbana.

Acredito que nós, aqui no Paraná, tínhamos que criar uma lei, não sei se via SANEPAR, compensar nossos pequenos agricultores aqui da grande região metropolitana, para recuperarmos e preservarmos as

propriedades, para cuidar das águas que abastecem os centros urbanos. Porque hoje existe muita química na água. Isto não é bom para o consumidor urbano.

Portanto, apostamos num projeto destes, onde o cidadão urbano possa compensar aquilo que for recuperado nas pequenas propriedades, no tocante à reserva legal. Acho que é justo. Acho que temos que criar um programa, fazer um estudo detalhado disso, porque temos uma legislação rigorosa, que exige que o produtor recupere a reserva legal. Acredito que uma saída é com relação às águas que abastecem muitas cidades, para que compensemos, porque já que o produtor precisa recuperar e cuidar da água e do meio ambiente, isso não é uma tarefa só dele, mas do estado, entendido como Governo do Paraná e os municípios.

Portanto, na minha visão, tem que ser uma parceria com os consumidores urbanos para que consigamos compensar os produtores rurais, porque precisamos preservar o meio ambiente, seja com reserva legal ou preservando as águas, mas isso não é apenas uma responsabilidade do produtor, é preservarmos para as futuras gerações, cuidando das águas e das propriedades desses produtores. Como eles vão ficar no prejuízo, temos que achar um jeito de compensá-los e um jeito é motivá-los a cuidar mais das águas, mas para isso precisamos achar um jeito de remunerá-los.

Então, temos que fazer imediatamente um estudo detalhado disso e começarmos a planejar o futuro, porque a lógica do passado era financiar o desmatamento - "Plante que o Governo garante" - e hoje não se financia para haver a compensação da reserva legal. Defendo a recuperação das matas da reserva legal, hoje é um modelo que tem que ser sustentável, mas o produtor, na medida em que recuperar imediatamente ou plantar na sua propriedade, ele vai ter prejuízo, porque não vai ter mais a renda daquele espaço que ele deixa de plantar e foi o estado que motivou, no passado, o financiamento para desmatar.

Então, temos que achar uma forma, principalmente para os pequenos produtores, de compensar, sendo que eu acredito que a saída é pela água, a saída é achar um jeito de recuperar todas as nascentes, para melhorar a qualidade das águas que abastecem as cidades, e podemos começar aqui no Paraná, pela região metropolitana, onde fiz um estudo e sei que já existem mais de 15 mil agricultores familiares que moram no entorno de todas essas represas que abastecem Curitiba e região metropolitana e acredito que temos que fazer um estudo muito detalhado disso, para inclusive melhorar a qualidade da água, para não usar tanto produto químico, para que chegue na mesa do consumidor e, quem sabe lá no futuro, daqui uns 15 ou 20 anos, nós possamos abrir a torneira, porque hoje, apesar da água ser de qualidade, ainda temos muito produto químico na água.

Então, esperamos que no futuro tenhamos uma água de maior qualidade e quem pode ser o maior parceiro disso são, naturalmente, as pessoas que moram nas

encostas, que moram no entorno e que têm as suas propriedades que encostam nas minas e nos riachos que temos pelo Paraná afora.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores.

Na realidade o que me traz hoje à tribuna é o assunto de Londrina. A eleição em Londrina aconteceu o segundo turno no final de semana, o Deputado Estadual Belinati foi eleito Prefeito pela quarta vez e, não quero entrar no mérito da discussão do porquê tinha um processo para cancelar o registro dele. O fato é que, ao meu ver, a democracia, o respeito ao eleitor foi quebrado. Na hora em que você tem um candidato onde 500 mil pessoas vão votar, elegem-no e ele depois é cassado, é um absurdo. Por quê? Porque havia um prazo legal para os processos serem julgados. Os processos contra o Deputado Belinati deveriam ter sido julgados no TRE do Paraná até o dia 15 de setembro pela lei, e no TSE em Brasília até o dia 25 de setembro. Foram julgados agora, um mês após o prazo legal, depois da população ter ido às urnas.

Então, o meu problema não é com relação a chamada ficha suja ou ficha limpa, na minha opinião houve um abuso por parte do Ministério Público de abrir processo contra todos que tinham algum processo na Justiça Criminal, porque às vezes poderia ter sido uma briga de trânsito, ou poderia ter sido uma discussão. Por exemplo, o Governador Roberto Requião não pode ser mais candidato daqui para frente pelo processo de ficha suja, porque ele já tem julgado criminalmente uma discussão com um Magistrado, ou seja, abriram, 3 mil pessoas no Paraná, contra candidatos, independente do mérito do problema que ele tinha na Justiça, e isso atrasou todos os processos.

No Paraná os processos demoraram para ser julgados porque eram demais, porque só viam que ele tinha um processo e não viam o assunto: "Não, ele bateu o carro no trânsito, processo para ele não ser candidato". Na realidade faltou critério do Ministério Público nesse processo e faltou uma serenidade na Justiça para julgar os processos. Mas, o fato é que quem está pagando isso é o povo, porque é um desrespeito à democracia 500 mil pessoas irem votar, escolher um candidato e depois: "Você ganhou mas não vai levar". Ele deveria ter sido impedido de concorrer, e não concorrer e depois ser cassado. Porque daí você não está mais desrespeitando o Belinati, você está desrespeitando a democracia e os eleitores, os brasileiros, Londrina é um exemplo, mas isso vale para o Brasil todo.

Imaginou se o Presidente da República recebesse 60 milhões de votos e depois da eleição cassassem-no, ou um Governador, ou um Prefeito de Curitiba. Na realidade às vezes nas cidades pequenas acontece isso e ninguém fica a par, porque é uma cidade de 10 mil habitantes, mas Londrina é uma cidade grande. Não se pode fazer isso, você tem que impedir a pessoa de ser candidata, e não depois de eleita ir cassá-la em função do registro da candidatura.

Não estou falando de fazer a campanha comprando voto, não foi isso. A discussão era se o registro dele poderia ter sido feito já que ele tinha um processo no Tribunal de Contas. Se o mérito estava errado, ele tinha que ser julgado no dia 15 de setembro no TRE e no dia 25 de setembro no TSE; e não no TSE dia 28 como foi julgado. Agora em Londrina quebraram a Prefeitura, invadiram a Câmara de Vereadores, tem gente nas ruas. Tinha que mandar a conta desse prejuízo para o TSE, porque realmente não faz sentido o que aconteceu. Eu não estou entrando no mérito se ele é culpado ou não no processo do Tribunal de Contas, ou no processo no sentido de ele ter a ficha suja. Não é isso. O problema é apenas um: de ele ter sido condenado agora, depois dos prazos legais, após a eleição, após o povo ter ido votar.

Então, queria apenas deixar essa situação, o meu repúdio à decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Isso cria um problema para o Paraná, isso abre um precedente e na minha opinião é um atentado à democracia e um desrespeito aos brasileiros, aos eleitores.

Então, muito obrigado senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, Deputado Stephanes, cumprimentá-lo pela lucidez no seu pronunciamento e realmente esta Casa, ou esta Presidência, pessoalmente concorda com o pronunciamento de V. Exa., principalmente no que diz respeito a extemporaneidade. Não há dúvida, ninguém aqui quer entrar no mérito da questão, e nem nos cabe isso, cabe-nos respeitar a decisão da Justiça. Mas que foi extemporânea, sem dúvida nenhuma.

A nossa legislação eleitoral é manca nesse sentido, porque carece de uma série de requisitos, de preceitos, e tem que ser aperfeiçoada.

Concordo com V. Exa. quando diz que não se deve existir eleição *sub judice*. Então, não se permita que corra, há prazos para isso. Depois que o povo elege, escolhe democraticamente seu representante e numa canetada brusca arranha-se a democracia, realmente isso choca. Não por ser Londrina, uma das cidades mais importantes do sul do país, mas o precedente que se abre é muito sério. Podem ter certeza, o resultado das urnas, de inúmeros municípios, serão mudados a partir dessa decisão. Não tenho a menor dúvida disso.

Aqui no Paraná, pelo menos, oito municípios terão os seus resultados alterados por essa jurisprudência. Imaginem no Brasil inteiro!

Cumprimento V. Exa. pela maneira firme, lúcida que aborda o assunto tão sério para a democracia, para esta Casa e para o nosso estado, principalmente.

Gostaria de registrar as presenças: Prefeito de Braganey, José Vicente, o Vice-Prefeito Deuclides Nunes Pinto e dos Vereadores Ambrosio e Geremias. Sejam bem-vindos a nossa Casa, todos a convite do Deputado Elton Welter.

Pela ordem o Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de agradecer V. Exa. e todo o cerimonial desta Casa pelo trabalho realizado da guarda do corpo do Senador João de Mattos Leão. Agradeço em nome da família e dos paranaenses pela disponibilidade do espaço e pela estrutura que foi colocada à disposição para guarda deste que, certamente, lutou muito pelo Paraná. Fica o registro de gratidão e de parabéns a esta Casa pela forma organizada, educada e simpática como tem tratado todas essas situações.

Em seu nome agradeço todos os funcionários que participaram conosco naquele momento de dor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida nenhuma o Paraná perdeu duas figuras ilustres numa única semana, dois políticos de renome nacional. E esta Casa cumpre com seu papel para homenagear figuras especiais como esta.

Pela ordem o Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Quero valorizar os funcionários desta Casa quando do falecimento do Deputado Max Rosenmann.

Cheguei aqui sábado à noite, na qualidade de Vice-Presidente desta Casa, vi e acompanhei o trabalho do nosso cerimonial e dos funcionários do atendimento. Um trabalho maravilhoso que valoriza nossa Casa em homenagem a pessoas que tanto fizeram pelo nosso estado, que é o caso do ex-Senador Mattos Leão e do Deputado Federal Max Rosenmann. Eu que sofri na carne quando meu pai, ex-Presidente desta Casa, também foi velado neste Plenário, lá naquela hora de dor, na angústia da família, os funcionários estavam presentes.

Faço questão de realçar a valorização dos nossos funcionários que, quando estamos ausentes, a nossa Casa, o nosso Diretor-Geral, os nossos funcionários, desde o mais humilde, os seguranças, o cerimonial, os que serviam os cafezinhos, fazem um trabalho de reconhecimento e prestam, talvez, a maior homenagem pelo seu trabalho, num sábado à noite, Deputado Artagão. Vi todos sendo muito bem recebidos, bem atendidos, e nós aqui representando a Casa e não poderia ser diferente, mas representando a todos os Deputados naquela última homenagem ao grande Deputado Max Rosenmann.

Deputado Artagão, fizemos um voto de pesar pelo Mattos Leão e pelo Deputado Max Rosenmann. Às vezes, esses votos não são lidos na votação dos requerimentos e muitos Deputados desconhecem. Ontem, o Deputado Accorsi não sabia que o Deputado Max Rosenmann tinha falecido. Então, prestamos uma homenagem a um cidadão, a um Vereador ou a um amigo do interior e, às vezes, não é lido aqui. Deveríamos voltar a fazer a leitura dos requerimentos de pensar pelo menos o Paraná, a imprensa ter conhecimento disso. É uma maneira pública de homenagear essas pessoas.

Parabéns a V. Exa. Sr. Presidente, por dirigir esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os cumprimentos são extensivos a todos, não é Deputado Anibelli?

Com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Subo à tribuna, nesta tarde, com muita alegria porque, há alguns meses, trouxemos a esta Casa e desta tribuna uma idéia brilhante, de um casal de pequenos agricultores da região metropolitana de Curitiba, que criaram um novo tipo de madeira, uma madeira feita da grimpá do pinheiro, da araucária. Esse casal procurou meu gabinete, como sou Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes, para fazer sua idéia. Conversaram com o Beto Barbosa, que é meu assessor, me assessora na Comissão de Educação, e o Roberto também deve ser elogiado, porque se encantou de tal forma com o projeto que foi um trabalhador incansável. Em parceria com esse casal de inventores, criativos, ele ajudou para que eles pudessem ter acesso aos órgãos públicos do Paraná para que os testes necessários fossem feitos.

Procuramos todas as instituições do Paraná para colher e dar o respaldo necessário a esse casal de inventores, porque essa descoberta tem um valor social e econômico, um valor simbólico e cultural para o Paraná, que é o reconhecido como o estado dos pinheirais, das araucárias. Tem um fundamento a preservação ambiental tão necessária não só no Paraná, mas no mundo. É uma descoberta maravilhosa. Em função desse trabalho, dessa criatividade dos dois agricultores da região metropolitana de Curitiba, os órgãos públicos começaram a entender a importância desse projeto e tenho muita alegria em anunciar que o Sílvia Moreira e sua esposa Marli receberam dois prêmios por esse projeto, por essa criação.

O primeiro prêmio é o prêmio instituído pelo Governo do Paraná, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que concedeu nesta terça-feira, dia 28, em Guarapuava, no 22º Prêmio de Ciência e Tecnologia, que contemplou as áreas de

ciências sociais, humanas e agrárias. Foram premiados vários pesquisadores, mas havia um prêmio que seria a categoria inventor independente, e quem recebeu o 1º lugar nesse prêmio foi justamente o Sílvia e a Marli pela produção da madeira de grimpá do pinheiro. Nesse prêmio o inventor independente receberá um valor destinado à melhoria do invento ou criação e o registro de patente e registro de patente ou outra forma de proteção de propriedade intelectual. Esse casal necessita muito e é muito bem-vinda essa premiação, para divulgar também o seu evento, que tanta importância tem para o nosso estado e para o nosso país.

Eles receberam mais um prêmio nacional, criado pela revista referência de madeira. Dez projetos do Brasil foram contemplados e o Paraná foi contemplado com um projeto de produção da madeira de grimpá de pinheiro. Eles foram convidados para o IV Congresso Internacional de Produtos de Madeira Sólida de Florestas Plantadas, que será realizado de 19 a 21 de dezembro e receberão os prêmios no dia 19, às 18h30. Esse prêmio vai apontar os 10 destaques do ano.

Para mim é uma grande alegria e parabenizo os dois inventores, também o Roberto Barbosa, que se empenhou muito nesse trabalho. Está de parabéns o Paraná e o Governo que acolheu, não só a Universidade Federal, o Governo do Estado, o TECPAR fazendo os testes necessários para ver o grau de dureza da madeira. Sem dúvida nenhuma, é um projeto revolucionário e por isso ganhou esse prêmio, bem como todo o seu bioma.

Para se ter uma idéia, no sul do Brasil, havia uma área de 200 mil Km², o equivalente a 457 áreas do tamanho de Curitiba. Hoje existe apenas 1,2 das florestas nativas. Sabemos que a araucária mantida em pé é uma fonte de sequestro de carbono, que economiza água da terra, permitindo que muitas espécies se desenvolvam ao seu redor, possuindo um ecossistema próprio. Em uma área com 2 milhões de pinheiros com idade de 100 anos, desprendem-se 56 quilos por pinheiro em um ano. Com a densidade da madeira é de 1 mil e 200 quilos, o que disponibiliza 312 milhões de quilogramas de biomassa de grimpá, gerando 4 mil m³. Ou seja, a cada ano a produção da grimpá transformada em madeira evitará o corte de 78 mil árvores. É como se nós cortássemos 78 mil árvores. Não cortando, só a grimpá que essas árvores produzem vai gerar uma economia desse tipo, sem cortar uma árvore sequer. Porque em uma área de 2 milhões de pinheiros, com idade de 100 anos, desprendem 156 quilos de grimpá do pinheiro por ano.

Essa relação é muito importante, porque vai evitar o corte da araucária, preservar o ambiente, dar uma solução dos proprietários dessas áreas, que as preservam, gerando empregos, fazendo uma madeira de grimpá do pinheiro, sem trazer nenhum transtorno ambiental, porque isto também está sendo pesquisado. A grimpá que será retirada, é aquela que cai normalmente.

Quem vai se beneficiar?

(Lê):

Comunidades locais, por meio da geração de trabalho e renda e em toda a cadeia produtiva.

Os proprietários de áreas com araucárias.

A segurança alimentar, já que o pinhão, semente, da araucária é muito apreciado por todos e com o incremento da floresta aumentará a sua produção.

A vida no planeta, pois diminuirá substancialmente os gases emitidos para a atmosfera.

Os consumidores dos produtos finais da PMGP terão produtos muito resistentes e ecologicamente corretos.

O desenvolvimento de turismo sustentável.

Futuras gerações terão um mundo ambientalmente correto.

As regiões mais pobres terão um incremento considerável no seu Produto Interno Bruto (PIB).

A retomada do plantio desta árvore, pois hoje as pessoas normalmente não deixam germinar novos pinheiros, porque não encontram nela uma viabilidade econômica, devido a portaria do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que proíbe seus cortes.

O primeiro passo, já cumprido, foi apresentar a proposta aos órgãos ambientais do estado e da união, os quais estão nos dando todo o apoio.

O segundo passo foi apresentar os protótipos aos empresários dos setores moveleiros e da construção civil, que ficaram bem impressionados.

O terceiro passo foi identificar o inventário florestal no Paraná. Estão em andamento os estudos para identificar o de outros estados onde existem 1 milhão 304 mil 817 hectares em estágio inicial, 73 mil 997 hectares em estágio médio, 73 mil 997 hectares em estágio avançado, 78 mil 194 em áreas de predominância de pinheiros e 552 mil 973 reflorestamentos.

No quarto, o projeto estuda o desenvolvimento de três cenários de linha de produção. Os projetos que envolvem equipamentos ficarão prontos no fim deste mês.

O quinto passo trata da construção de uma unidade piloto para colocar todo o processo em teste.

“Qual será a cor de amanhã?” Acreditamos no verde das florestas. Pois indo ao encontro do desenvolvimento econômico ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente solidário, construiremos uma nova relação no planeta. Este é o pensamento que nos leva a acreditar na nossa idéia, uma produção de madeira sem corte de árvores, chamado de Produção de Madeira da Grimpa do Pinheiro (PMGP). Em 3,5 bilhões de anos de vida sobre a Terra, ocorreram cinco grandes catástrofes, todas provocadas por causas naturais. A última teria ocasionado o desaparecimento dos dinossauros. Estamos vivendo a sexta grande extinção, esta, provocada pelo homem e nos surpreende pelo curto período de tempo que vem ocorrendo, podendo ocorrer danos irreparáveis ao nosso planeta, como já sabemos. Mas isso não irá acontecer; pois idéias como a nossa irão resgatar o nosso planeta. Nossa proposta responde a

pergunta inicial: “Qual será a cor do amanhã?” Será verde.

A floresta com araucária, ou floresta ombrófila mista, é uma importante ecorregião do sul do Brasil, por sua extensão e relevância, porém instituições nacionais e internacionais alertam há décadas, a situação crítica, em termos ambientais, a que foram submetidas estas florestas.

O nosso projeto quer salvar a maior floresta do sul do Brasil, que chegou a cobrir mais de um terço dos três estados do sul do país, além de existir em outras da região sudeste.

Nesta floresta já foram identificadas 1 mil e 500 espécies botânicas entre herbáceas, arbustivas e arbóreas, além de epífitas, musgos e fungos. Das 352 espécies de arbóreas, 13,3% são exclusivas destas florestas.

A floresta com araucárias abriga uma enorme diversidade de animais. Somente entre as aves são mais de 250 espécies distintas, ou seja, 15% de espécies nativas do Brasil.

A importância do projeto também se deve ao fato de constataremos que houve um atraso na concepção do que é progresso, devido ao corte de árvores indispensáveis ao meio ambiente, para produção de madeira. Isso porque descobrimos que da araucária, árvore símbolo do Paraná, descarta de seus galhos diariamente as grimpas (ramos secos), que sendo triturados, misturados à resina e prensados, são capazes de produzir uma resistente madeira, a uma densidade de 1 mil e 200 kg o m³, em diversas granulometrias, com economia de energia elétrica devido a sua baixíssima umidade. Também há economia de cerca de 30% de resina em comparação a uma madeira no mercado, além disso, é uma madeira a prova d'água e livre do cupim.

Esta madeira, PMGP, poderá ser utilizada tanto para a cadeia moveleira, como para a construção civil, e para a indústria naval entre outras utilidades.

A linha de produção está sendo concluída neste momento, quando teremos todo o desenvolvimento industrial para realidades distintas. Este projeto tratará o Desenvolvimento Local Sustentável, não somente com a coleta, mas também sobre os barracões industriais.

Aborda as seguintes questões:

A araucária está em extinção, bem como todo seu bioma. Para se ter uma idéia, no sul do Brasil havia uma área de 200 mil km², ou equivalente a 457 áreas do tamanho de Curitiba (1 milhão e 800 mil habitantes) e hoje existem apenas 1,2% das florestas nativas.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O sexto item desse processo, o desenvolvimento de uma resina natural proveniente da araucária. Ou seja, além da madeira, da grimpa está se estudando o desenvolvimento de uma resina natural. E a quantidade de barracões industriais que serão construídos nos próximos 10 anos está em estudo. O desenvolvimento desses

produtos na linha do PMPG; marketing orientado sobre a preservação e produtividade, a constituição de redes e cooperativas ligadas tanto a coletas como a produção e comercialização.

Então, acho que sem dúvida nenhuma uma notícia que deve ser ladeada por todo Paraná e Brasil. Mais uma vez, quero dar os parabéns ao casal Silvio Moreira e a Marli por essa descoberta e também cumprimentar o Roberto Barbosa pelo seu empenho na valorização dessa descoberta desse casal de agricultores.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje a Gazeta do Povo noticiou com muita força a manifestação do Senador Flávio Arns que é a questão da idade do ingresso das crianças no ensino fundamental. Acho, que a sociedade paranaense não está se dando conta como devia. A questão é muito séria que envolve esse debate, não se trata como alguns querem reduzir a uma discussão pedagógica. A criança se não tiver seis anos completos, não está preparada para entrar no ensino fundamental.

Outra linha pedagógica diz que ela está preparada. Não é isso que está em questão. Claro que a criança entrando e os seis anos sendo completos no final do ano letivo, tem que se estabelecer uma linha pedagógica segundo a idade da criança. E esse processo pode ser estabelecido, mas muito mais do que isso que está se debatendo da idade de ingresso é a possibilidade da inclusão em tempo mais rápido das crianças, tanto na escola infantil como no ensino fundamental. É isso que está em debate. Debate real da sociedade brasileira que tem que ser travado. Por que será que a UNDINE é favorável que as crianças entrem na escola se fizerem seis anos até o final do ano letivo? Porque os gestores municipais sabem o que isso significa. Significa que os Prefeitos terão condições melhores de incluírem as crianças do seu município, todas elas, de forma universalizante com os recursos que estão disponíveis para o município.

Essa é a realidade. Agora, se quisermos sonhar com um Brasil que vai demorar muitos e muitos anos para ser consolidado, vamos ficar só no debate. Agora, quem conhece a realidade do município sabe disso.

Outro aspecto de extrema importância: o ensino fundamental de acordo com a Constituição Brasileira é direito público subjetivo ou seja, o Prefeito tem a obrigação de abrir vaga nas escolas para as crianças do ensino fundamental. Do ensino infantil não é. Por mais que a diretriz do Governo Federal seja a inclusão da criança a partir de quatro anos de idade até 2010, se isso vai acontecer, não se sabe. Não existe ainda estrutura nacional para que isso aconteça em tão curto prazo. Não existe recurso nos municípios, não existe uma tradição da escola infantil pública, como existe o ensino fundamental.

Então, trata-se em primeiro lugar de entender que se a criança puder entrar mais cedo no ensino fundamental, as crianças mais novas terão mais possibilidades de serem incluídas na educação infantil também mais cedo. Trata-se da questão da inclusão social. A grosso modo 2/3 de uma geração de brasileiros entrarão mais tarde na escola sem a

educação infantil fundamental, atrasará o processo de educação. Por isso, tenho debatido tanto aqui. Tenho experiência prática, quando fui Prefeito em Ponta Grossa, transformamos o ensino de quatro para cinco anos e, sempre entendi que o primeiro ano do novo ensino de nove equivale ao pré de antigamente. Só que o pré em algumas escolas tinham e em outras não. Então, na minha idéia o pré se transforma no primeiro ano. E se no pré a criança podia entrar fazendo seis até o final do ano letivo ela deve entrar agora no primeiro ano da mesma forma.

Aspectos legais, é muito fácil se basear no dia do aniversário da criança, é um equívoco, podia usar um argumento também nessa mesma linha, todos os textos legais afirmam categoricamente que no novo ensino de nove anos a criança que antes entrava aos sete entrará aos seis, mas continuará saindo aos 14. Agora, se nós entendermos que a criança só pode entrar se fizer seis anos até março a maior parte da geração dessas crianças vai sair com 15 anos do ensino fundamental, isso ofende a lei.

Não podemos reduzir este debate que é muito mais profundo ao dia que a criança faz aniversário, tem que se respeitar o processo pedagógico que é fundamental, mas tem que analisar a sociedade brasileira como ela é, os recursos que existem para a Educação efetivamente. Repito o ensino fundamental é um direito público subjetivo, o ensino infantil não é direito público subjetivo e por isso os municípios demorarão muito mais tempo para conseguir trazer todas as crianças para o ensino infantil, porque 2/3 de uma geração entrarão mais tarde no ensino fundamental e ocuparão as vagas das crianças mais novas do ensino infantil.

É por isso que tenho me empenhado tanto, fico muito feliz da Gazeta do Povo ter dado destaque para essa matéria, alertando os paranaenses para que nós aprofundemos esse debate porque ele merece ser aprofundado. Eu não aceito, discordo do Conselho Estadual de Educação, acho que esse debate deve ser objeto de lei. Estamos discutindo com o Deputado Romanelli, mas ele deve ser aprofundado tanto por pedagogos quanto por dirigentes municipais de Educação, Prefeitos, Governador do Estado, Ministério da Educação.

Acho que o debate, sem dúvida, deve ser cada vez mais estabelecido nesta Casa, com a devida atenção que merece, porque trata-se não só da questão pedagógica, mas do processo social que envolve a problemática da Educação de todos os municípios do Brasil inteiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Cida Borghetti.

Eu não poderia deixar de usar este espaço na tribuna depois do pronunciamento do Deputado Stephanes, primeiro para dizer que concordo com o seu posicionamento, e em segundo lugar para dizer que vivi isso na pele, na minha cidade. Há quatro anos atrás, três dias antes das eleições municipais, o candidato teve sua candidatura cassada, mas não dava para mudar as urnas, não tínhamos mais tempo hábil para que pudéssemos alterar o registro dentro das urnas. A população de Araucária foi para a eleição, foi para suas urnas, digitou o número, viu o candidato e elegeu um outro. Nós vivemos quatro anos na cidade de Araucária toda sorte de animosidade por conta desse ato e desses fatos. Na sequência, o Prefeito eleito com o número e o voto do outro romperam, como era de se esperar, e se criou em Araucária um duelo entre dois políticos, com as suas qualidades e com seus problemas, como todos temos.

Nessas eleições vivenciamos a repetição, mesma coisa acontecendo, os dois candidatos polarizaram a eleição, nós disputamos também a eleição, não conseguimos, temos que dar a mão à palmatória, não conseguimos romper com essa polarização que lá se deu. Hoje temos o município de Araucária, o segundo em arrecadação de ICMS do estado do Paraná, a maior renda PIB/*per capita* do Paraná, sem Prefeito! Na verdade é isso, também os dois Prefeitos *sub judice*, um sem registro de candidatura, o mais votado, aguardando pronunciamento do TSE. O segundo lugar, o atual Prefeito também *sub judice*, também com problema, aguardando a absolvição do TSE. E toda a mesma situação que hoje vive Londrina, poderá se repetir daqui a alguns dias na cidade de Araucária.

Então, tenho que concordar com o pronunciamento do Deputado Stephanes. Eu poderia até tirar vantagem dessa situação e torcer para que ambos sejam cassados, para que ambos sejam ilegítimos, para que possamos fazer novas eleições em Araucária, para que eu possa vir novamente a disputar, mas acho que não é por aí que as coisas se dão. Gostaria que tudo tivesse sido diferente. Na verdade, o melhor para a Araucária seria que nunca houvesse acontecido os atos que levaram ambos os Prefeitos, hoje, a estarem *sub judice*. Isso seria o melhor para a nossa cidade e para a população. Gostaria que tanto o ex-Prefeito, como o atual Prefeito tivesse tido uma carreira sem nenhuma política, que não tivesse nenhuma evidência judicial e que tivessem realmente administrado aquela cidade com a dignidade que aquele povo necessita.

Não poderia deixar, vivendo hoje a situação na carne, não poderia deixar de me pronunciar e de registrar nos Anais desta Casa a minha indignação também pelo processo. O processo de demora que se julgam as coisas dentro do Tribunal Superior Eleitoral. Em Araucária quatro anos na mesma angústia, quatro anos as pessoas projetando e, hoje, depois de vários dias das eleições, ainda não sabemos quem será o Prefeito daquela cidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãos paranaenses.

Estava no meu gabinete, Deputado Stephanes Júnior, e ouvia atentamente o seu pronunciamento. Quero cumprimentá-lo pela coerência das palavras aqui colocadas na tribuna desta Casa, em relação à cassação do registro de candidatura do Deputado Antonio Belinati, ocorrido posteriormente ao pleito eleitoral. Concordo com o senhor, não creio que seja o caso de entrarmos no mérito se o Deputado na época estava errado, ou estava certo, até porque eu seria suspeito para fazer qualquer tipo de defesa neste sentido, até devido à profunda amizade que nutro pelo eminente Parlamentar.

Mas nós precisamos, Presidente Nelson Justus, fazer alguma coisa neste país, porque tenho visto a Constituição Federal, que é a Carta Magna do país, a Constituição Federal, pela qual tantos lutaram. Aqui nesta Casa foi velado no último final de semana, um dos principais constituintes do Paraná, o Deputado Federal Max Rosenmann. A Constituição Federal pela qual o Dr. Ulysses Guimarães tanto trabalhou, o velho Dr. Ulysses, a Constituição está sendo resgatada no nosso país. Está lá escrito na Constituição Federal: “Todo o poder emana do povo e por ele será exercido”. O povo de Londrina foi às urnas no último domingo, votou, exerceu seu direito de sufrágio, elegeu democraticamente numa eleição sem nenhum tipo de influência policialesca, elegeu debatendo os problemas da cidade aquele que o cidadão londrinense considerava ser o melhor para sua cidade.

Após a eleição, num processo completamente avesso ao que prevê a Constituição, ao que prevê a legislação eleitoral, o eleito pela população é cassado. Agora eu pergunto: quem irá pagar a conta do que foi gasto no primeiro turno das eleições de Londrina? Quem irá pagar a conta do que foi gasto com as urnas eletrônicas, por exemplo, porque certamente existe uma empresa que faz o processo eleitoral. Quem irá pagar a conta do dia de folga que é dado a todos os funcionários públicos que trabalham no dia da eleição? Aos mesários que trabalham no dia da eleição? Quem irá pagar a conta dos eleitores que tiveram que voltar de algum local, onde talvez estivessem em viagem, para votar? E votaram achando que estavam exercendo seu direito, mas não tiveram seu direito respeitado. Quem irá pagar a conta do que foi investido nas campanhas políticas? Campanhas que continuam custando caro, porque a legislação eleitoral que foi feita para baratear o custo de campanha, infeliz e simplesmente serviu para corromper ainda mais o processo eleitoral no nosso país, porque se antigamente um candidato podia fazer a divulgação do seu trabalho, dos seus projetos, através de outdoors, através de placas, de farta propaganda, hoje existem candidatos que

gastam muito mais comprando verdadeiramente o voto de pessoas, em véspera de eleições. E não se vê fiscalização em relação a isto. São públicos e notórios os casos que acontecem por aí.

Tenho um profundo respeito pelo Poder Judiciário. Tenho um profundo respeito pelo Ministério Público. Não imputo a culpa diretamente a eles pelo que está acontecendo. Mas, acredito que é momento de fazermos uma cobrança para que o Congresso Nacional legisle e faça uma verdadeira reforma política neste país. Porque onde existe um vácuo de poder, quando o Poder Legislativo, que é aquele que constitucionalmente tem o dever, a atribuição, o direito de legislar, se omite e deixa de legislar, e uma pauta absolutamente trancada, encalhada, como é a pauta do Congresso Nacional, o outro Poder, que deveria apenas julgar, começa a legislar.

Hoje nós vemos, na república, os julgamentos dos temas mais importantes do país, criando legislação, é exatamente o que vem fazendo o Supremo Tribunal Federal. O Supremo, hoje, legisla no Brasil, ao julgar. Por quê? Porque o Congresso não cumpre sua função e não legisla. E o Presidente da República governa através de medidas provisórias, que também são excessivas e precisavam ser combatidas.

Não estou advogando para o Deputado Antonio Belinati, até porque ele não precisa disto. Não é esta minha função. E não cabe a mim entrar no mérito da questão. O que estou aqui defendendo é o direito dos cidadãos londrinenses. Eu, que morei em Londrina, eu que passei dois anos da minha vida indo todo final de semana para Londrina, onde tinha uma namorada, para ver minha namorada, eu que ia para Londrina todo final de semana, que tenho amigos em Londrina, que tenho amigas em Londrina, que conheço famílias londrinenses, fico indignado em ver as pessoas votando e depois da eleição vendo que perderam o seu tempo, que perderam até mesmo, talvez, a sua esperança na democracia, porque se toma uma decisão completamente extemporânea, fora do prazo estipulado por lei e fora do que estabelece a Constituição.

Então, é hora de cada Poder começar a exercer aquilo que a Constituição lhes atribui. É hora dos Legislativos do Brasil inteiro, e aqui no Paraná vejo que a nossa Assembléia é bem comandada e liderada com firmeza e com serenidade, mas é hora principalmente de cobrarmos do Poder Legislativo Federal, do Senado da República e da Câmara Federal que se imponham como Poderes Legislativos para que não ocorram coisas como essas e para que possamos ter um processo político com leis eleitorais onde as regras sejam claras, sejam estabelecidas previamente e onde não aconteça essa barbaridade que aconteceu ontem, prejudicando a população da nossa cidade de Londrina.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer! Agradeço sua benevolência com o tempo e cumprimento-o pelas medidas que tem tomado nesta Casa!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Estou esperando um documento, então vou falar no Horário da Liderança. Abro mão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Vim à tribuna com um jornal novo de Toledo, a Gazeta Mundial, para falar que o emprego formal cresceu no Paraná. É uma matéria interessante que este novo jornal do estado do Paraná traz. Mas, quero dizer que desisto de falar sobre emprego formal, porque entendo que a democracia sofreu um atentado na noite de ontem. Como V. Exa. sabe, não sou uma pessoa de ficar em cima do muro e não me posicionar em cada um dos temas em que entendo que devo ter um posicionamento. Eu disse, desde antes de começar o processo eleitoral, da interferência indevida que a Justiça Eleitoral estava promovendo no processo eleitoral. Disse isso, porque ainda antes da fase das convenções a Justiça Eleitoral já começava a “colocar as manguinhas de fora”. E nós sabemos por quê isso tem acontecido e tenho dito o porquê. É por conta da omissão do Legislativo Federal.

Quando eu disse que o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, não era uma pessoa à altura do cargo, muitos aqui me contestaram, mas a cada dia que passa se comprova isso, porque no ano de 2007 o Senado passou discutindo se o Renan Calheiros tinha ou não tinha uma namorada paga por um empreiteira, e deixou de fazer aquilo que tinha que fazer, que era legislar a favor do nosso país, e da mesma forma a Câmara dos Deputados só vota medida provisória quando está trancando a pauta, sendo que está incapaz de tomar a iniciativa do processo legislativo.

E essa crítica faço porque, Deputado Ney Leprevost e Deputado Stephanes Júnior, quero aqui dizer que os senhores estão corretíssimos, porque ali está o Antonio Belinati, que legitimamente ganhou as eleições pela vontade do povo de Londrina. Todos aqui sabem que eu estive em Londrina, apoiei a candidatura do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, respeitando muito o Deputado Belinati, mas me posicionei por conta de uma velha amizade que eu tenho com o Deputado Hauly. Mas olha, sinceramente, é inaceitável, o Prefeito eleito de Londrina

é o Antonio Belinati, e nós paranaenses, nós, Deputados Estaduais, sejamos aqui de que partido formos Deputado Cheida, não podemos aceitar uma modificação desse resultado Presidente Nelson Justus. O que o TSE fez na noite de ontem foi uma afronta ao processo democrático. Não é possível que tendo prazo legal para que o Tribunal se pronunciasse, e havia prazo, a lei fixa o prazo que o tribunal tinha que ter examinado as impugnações de registro de candidatura, já tendo sido concedido numa decisão monocrática o registro, o deferimento do registro da candidatura de Antonio Belinati. Faz o que ontem? O próprio Presidente do Tribunal apresenta um voto divergente, muda o voto do Relator, e com ele votam mais dois Ministros do Supremo Tribunal Federal que são os guardiões da Constituição, guardiões da liberdade pública. Não é possível que possamos ter nesse país, um processo eleitoral que seja tão respeitado.

E aí o Tribunal se reúne, como se vivêssemos num país de faz de conta, os londrinenses que foram às urnas no último domingo, votaram, escolheram. uma eleição difícil, dura, apertada, fizeram uma escolha. Ora, a vontade de todos eles não vale nada, vale é a vontade de uma interpretação, de uma decisão, se administrativa ou não, que aliás diga-se de passagem já tinha sido revista pelo próprio Tribunal de Contas se for entrar no mérito do tema, e injustamente se promove uma cassação do Prefeito que foi legitimamente eleito, porque nós não estamos falando aqui de candidato, de registro de candidatura que foi impugnado, estamos tratando de um Prefeito que foi eleito legitimamente em dois turnos, depois de ter participado de um amplo debate eleitoral.

Entendo, Deputado Artagão, entendo que o Deputado Cheida que disputou as eleições pelo nosso partido, PMDB, que Deputado Luiz Carlos Hauly que disputou pelo PSDB, o Barbosa Neto que disputou pelo PDT, o André Vargas pelo PT, ninguém, olha, quero deixar uma proposta aqui, primeiro: Essa Casa tem que se pronunciar, não podemos aceitar passivamente que o processo democrático no nosso estado seja desrespeitado dessa forma por um Tribunal que na verdade não fez aquilo que tinha que fazer, se tivesse que julgar o Deputado Antonio Belinati julgasse no tempo certo, não venham com essa conversa que Juiz tem prazo, a lei eleitoral é muito clara, eles tinham prazos até o dia 25 de setembro de poder se posicionar de forma definitiva sobre o tema, antes ainda do primeiro turno, tinha que ter sido feito um posicionamento muito claro e objetivo pelo tribunal, a lei é que exige.

Depois de eleito Prefeito, vem o Tribunal Superior Eleitoral e cassa a candidatura daquele que foi legitimamente escolhido. Olha, sinceramente eu não aceito, entendo que os londrinenses não devam aceitar esse tipo de comportamento, e digo mais até, que os candidatos que disputaram não podem, essa situação, porque eu diria que foi cometida ontem, Deputado Antonio Belinati, contra V. Exa., uma fraude, porque V. Exa. tem que saber, e eu disse aqui da tribuna aliás, fiz até um questionamento

em relação que a sua conduta tinha que ser, contra V. Exa. pesava uma hipoteca moral, e que a sua conduta além de ser ética tinha que parecer ético para que V. Exa. não deixasse nenhuma suspeita sobre o seu mandato. Disse isso, repito isso, mas V. Exa. foi eleito, foi legitimado pelo povo londrinense para ser o Prefeito, o povo confia em V. Exa., e não podemos aceitar um resultado diferente sobre o risco de tudo aquilo que nós fazemos em favor da liberdade, da democracia, de respeitar o processo eleitoral não valer absolutamente nada por conta de uma manipulação que houve em relação à vontade de alguém, que é um sujeito oculto muito forte e poderoso para poder promover uma desfaçatez desse tamanho em relação ao processo eleitoral.

Lamento profundamente que muitas pessoas já tenham dado declarações e manifestações que é um grande desserviço ao processo democrático.

Amo a democracia! É o único que permite a expressão da liberdade. Diferente disso é o árbitro, é a longa noite da ditadura. Isso não podemos aceitar!

Concedo um aparte ao Deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Quero me somar às suas palavras, como também às do Deputado Stephanes, da Deputada Rosane, no sentido de indignação.

Cassou-se não somente a candidatura do Deputado Antonio Belinati; cassou-se não somente a prestação de contas de 2000; cassou-se, de fato, a democracia. Cassou-se a vontade popular, que é suprema.

No Direito, V. Exa. advogado que é, aprendemos que a vontade deve ser soberana. E a vontade popular manifestou-se acima de todas e quaisquer outras emendas, que deveriam ter sido julgadas em momento anterior, mas não foram. Não se pode aceitar!

Da mesma forma que fizemos uma *mea culpa* quando o Congresso Nacional e o Senador não legislaram com relação à fidelidade partidária e houve uma necessidade de uma definição no processo. Tem que se fazer uma *mea culpa* neste momento nessa decisão, ou uma culpa total, porque é inaceitável.

Como disse o Presidente Nelson Justus há pouco, é um precedente perigoso à democracia. Não são somente oito casos aqui no Paraná, acredito que passem de 20. Imaginem no Brasil!

O povo não está sendo respeitado. Respeitado seria se esse julgamento tivesse sido até 25 de setembro. Não fizeram. Adiaram como se fosse uma brincadeira de criança, sem analisar as consequências. Dois dias, uma decisão dessa envergadura?

É necessária, sim, a manifestação desta Casa, para que fiquem sabendo que não aceitamos essa decisão. Se possível for vamos pressioná-la. Se tivermos como participar desse processo, que o façamos. Não defendendo o mérito, mas não podemos aceitar que a vontade popular não seja respeitada. Não podemos aceitar que a democracia seja basculada.

Parabéns! Existe uma sugestão de voto de repúdio à decisão extemporânea do TRE.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço suas palavras, Deputado Artagão. V. Exa. tem absoluta razão em relação ao tema e quero dizer o seguinte: vilipendiar a vontade popular é vilipendiar a pátria, é não valorizar a democracia, a liberdade de expressão e de manifestação.

Eu tenho posição sempre e por isso que estou aqui, nesta tribuna, e vou usar a expressão que tenho me recusado a usar nesta Casa, porque acho extremamente forte, mas se cabe uma moção de repúdio nesta Casa ela tem que ser votada hoje, tem que ser votada contra a decisão do TSE. Repúdio à interferência indevida na manifestação livre do povo londrinense, porque uma coisa é certa: Deputado Antonio Belinati tem 1 milhão de defeitos, mas ele é um democrata, ele se submeteu a um processo eleitoral e quem fez o julgamento dele, se algum pecado havia, foi o povo. Durante o processo eleitoral, contra ele foram lançadas todas as dúvidas em relação à sua conduta e o seu comportamento, mas o povo fez a escolha, o povo escolheu Antonio Belinati, e nós que acreditamos na democracia, temos que respeitar a vontade do povo.

Deputado Belinati, eu sei que tem uma luta pela frente, mas estarei ao seu lado. Recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, que eu acho que é o caminho, questionado os valores da democracia. Há teses boas para serem perseguidas, mas a maior de todas elas é que quem é político em Londrina não pode querer participar de uma esperteza. Nova eleição em Londrina é uma fraude! Não podemos aceitar! É uma fraude contra a vontade popular!

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado Antonio Belinati, Prefeito eleito em Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu também, Deputado Belinati, quero me manifestar quanto ao que ocorreu no dia de ontem. Até porque tenho um posicionamento que poderia considerar desconfortável, porque disputamos as eleições em Londrina, V. Exa. disputou com um candidato do PSDB, a quem V. Exa. derrotou, Deputado Haully, que prontamente, depois do resultado das eleições, deu uma declaração muito feliz e é o posicionamento do PSDB do Paraná. O Deputado Haully disse o seguinte: “Já que não julgaram até as eleições, que a vontade da população seja respeitada”. Esse é o posicionamento do Deputado Rossoni e, também, é o posicionamento do PSDB do Paraná. Nada mais legítimo do que a vontade popular.

Deputado Belinati, meus caros Deputados, não vamos esconder o sol com a peneira, porque no Paraná, Deputado Romanelli, está ocorrendo isso não apenas em Londrina, está ocorrendo isso em muitos municípios do Paraná que estão em *sub judice*. Estamos querendo atribuir culpa e eu não me suportei, Deputado Nelson Justus, porque a responsabilidade é nossa. A culpa é nossa porque somos o comando do Tribunal de Contas. Quem assistiu ao julgamento de V. Exa., Deputado Belinati, ontem, observou que foi chamada a atenção do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Não quero, Deputado Belinati, entrar no mérito. Ontem à tarde conversávamos e vejo o espírito público que V. Exa. tem. Mas o Tribunal de Contas do Paraná tem que fazer uma reflexão muito grande sobre o que ocorreu nas últimas eleições municipais.

Sinceramente, Deputado Nelson Justus, o que senti muitas vezes no Tribunal de Contas do Paraná, é que ele, em determinados lugares, queria que uma pessoa fosse candidata e, em outro, ele torcia que não fosse. Temos que colocar o Tribunal de Contas do Paraná no seu devido lugar, como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa do Paraná. Não é possível mais o Tribunal de Contas agir da maneira como está agindo.

Vou citar aqui o filho do Conselheiro Artagão e vou “mexer na ferida”. A lei é feita para ser respeitada. Aprovamos uma lei, aqui, à emenda do Deputado Rossoni e de vários Parlamentares - senão vamos revogar a lei e daqui a pouco estaremos anulando todas as decisões do Tribunal de Contas - na Lei Orgânica do Tribunal de Contas, que diz: “O Conselheiro estará impedido de participar de julgamento, onde um parente de 1º, 2º ou 3º grau, afim ou não, estará impedido de participar de julgamento.” Tudo bem! Não é nada contra a alguém que está no Tribunal de Contas.

Por isso, gostaria de justificar que não é contra o Deputado Artagão ou contar o seu pai. Mas há de se convir que se foi aprovada uma lei desta Casa, vetada pelo Sr. Governador, derrubado o veto por esta Casa, foi argüida a constitucionalidade e não conseguiram a liminar. O Tribunal de Contas continua agindo de que forma? Julgando, como se nada estivesse acontecendo.

Estamos aqui para ter coragem. Que sirva o julgamento do Deputado Belinati, ontem, já que cometeram a injustiça contra a população de Londrina. Cá entre nós, o julgamento do Deputado Belinati, candidato a Prefeito, se fosse para acontecer, teria acontecido antes das eleições e não pós- eleição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Tribunal de Contas hoje deve estar de luto. Sei que a minha fala hoje não vai repercutir bem dentro do Tribunal de Contas. Seria muito ruim se repercutisse bem dentro do Tribunal de Contas, porque eu certamente não estaria falando a verdade. Mas eles sabem que estou falando a verdade. Tenho dificuldade de transitar no Tribunal de Contas, porque sempre fui um contestador dos seus posicionamentos. Mas grande parte - não quero usar um tom pejorativo - dos problemas que estamos tendo com as eleições

municipais, foram decisões do Tribunal de Contas, que não foram respeitadas pelo TRE. O TRE do Paraná disse que o Tribunal de Contas não tinha autoridade para tomar determinadas decisões.

Estou falando isso porque não é apenas o caso do Deputado Belinati. Temos vários municípios no Paraná que ainda estão em *sub judice* e foi uma correria danada. Porque o Tribunal de Contas, não é possível que divulgue uma lista de inelegíveis e depois comecem a retirar os nomes dos inelegíveis. Nós vimos isso, não somos cegos!

Estou falando isso, sei que vai ter consequências, sei que vai ter repercussão, sei que o que estou falando aqui é muito pesado, mas certamente vai servir para as próximas eleições: que o Tribunal de Contas tenha mais cuidado com as decisões. Porque vejam, julgaram o Deputado Belinati. Tinha que se ter o cuidado. Já que depois o Tribunal de Contas revisou a sua decisão, o que o Tribunal disse no meu entendimento? A partir do momento que você revisa uma decisão do Plenário do Tribunal de Contas, é assumir a culpa de um erro. É o erro do Tribunal de Contas.

Espero que este caso do Deputado Belinati seja revisado pelo Supremo. Não sei se cabe recurso, espero que seja revisado para reconstituir o que o povo decidiu em Londrina. Este é um pedido que faço em nome do PSDB do Paraná e também espero que esse episódio, somado a muitos que aqui os Deputados têm conhecimento, de candidatos eleitos que hoje ainda estão aguardando a decisão. E que foi por posições equivocadas do Tribunal de Contas do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Rossoni, me surpreende, ou talvez nem tanto, as suas palavras. Afinal de contas já muito tempo faz-se esse imenso discurso. Talvez não participe da mesma forma como fala.

V. Exa. tem se colocado como contestador naquilo que lhe convém. E não em tudo que deveria.

O Tribunal de Contas, como todos sabem, é um órgão de orientação, não tem o poder da decisão. Quem define não é o Tribunal de Contas. Ele encaminha a relação daquelas contas que não foram aprovadas ou que foram. Recordo-me bem um caso que V. Exa. esbravejava nos corredores da Assembléia, no município de Palmas, aonde aquele que era o seu companheiro tinha as contas desaprovadas. Inclusive o Ministério Público, hoje, denuncia documentos falsificados que foram encaminhados ao Tribunal de Contas, me dizia agora o Deputado Anibelli. Então, o Tribunal de Contas, sim, é passível de erro, é verdade. Muitas vezes induzido ao erro pelos documentos que lhe são encaminhados.

Agora, não é possível falarmos somente quando nos convém. Não é possível esbravejarmos e contestarmos somente quando nos parece interessante. Vamos ter então uma única postura: se é para contestar, que seja permanente em todos os sentidos, em todos os momen-

tos, em todas as gestões, em todos os Governos, senão fica complicado. Evidentemente V. Exa. tem um sentimento em função da disputa localizada que travamos em algumas regiões do Paraná, mas que não seja esse o motivo de vossas manifestações, porque senão estaremos levando a população ao erro, porque vão pensar que aqui se fala uma coisa e se faz outra. Acho que não é esse o caminho.

O Tribunal de Contas, existem procedimentos que devem ser adotados e seguidos, e a decisão final, do julgamento das contas, não é feito pelo Tribunal, é pelas Câmaras Municipais dos municípios, e do Governo é feito por esta Casa. É um órgão de auxílio desta Casa, para que sejam fiscalizadas as contas. Agora, não podemos colocar no Tribunal uma responsabilidade que não lhe compete.

Gostaria que V. Exa. avaliasse bem as suas palavras, porque poderemos levar a população a um equívoco de pensamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. não tem mais nada a acrescentar? Só isso? Tudo bem, porque eu tive todo cuidado quando falei que a minha crítica ao Tribunal de Contas não se dirigia a V. Exa. nem a seu pai. V. Exa. pode ficar sossegado, é só seu pai, Conselheiro do Tribunal de Contas, fazer a leitura da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, está respondida a sua pergunta, ao seu posicionamento, ao seu questionamento.

Quanto à questão do município de Palmas, V. Exa. foi muito bem informado pelo Deputado Anibelli. V. Exa. sabe que o questionamento que eu fiz, dentro dessa Casa, foi porque já existiam questões iguais a do município de Palmas em outros municípios e eu não me conformava que questões iguais fossem tratadas de forma diferente. Essa foi minha interpretação, nunca confidenciei isso a V. Exa., nunca estive pelos corredores esbravejando porque nunca encontrei V. Exa., mas quero dizer o seguinte: a minha preocupação, Deputado Artagão, não é preservar a minha situação e dos meus municípios, a minha preocupação é de interpretação da lei.

A minha preocupação é a seguinte: se não interpretar a lei todos os julgamentos são passíveis de anulação. Então o candidato a Prefeito ou aquele que for julgado pelo Tribunal de Contas, poderá argüir que está nulo porque determinados Conselheiros poderão não participar do julgamento, não vou nem enumerar aqui. Então, a minha preocupação é essa como Poder, nós somos um Poder e eu sei muito bem que o Tribunal de Contas, eu sempre disse aqui da tribuna, que o Tribunal de Contas não julga, ele dá um parecer.

Acredito que o fato que aconteceu no dia de ontem, envolve o PSDB do Paraná porque o PSDB do Paraná disputou as eleições com o Deputado Belinati e eu quis, além de colocar o posicionamento do PSDB porque não queremos ganhar as eleições no tapetão, se for para ganharmos as eleições queremos ganhar as eleições no

voto. Se perdermos vamos respeitar o ganhador, e por essa razão me pronunciei, mas eu não tenho dúvida que serve muito bem para a Assembléia Legislativa, como Poder, servem muito bem esses fatos, com o Deputado Belinati, com os outros Prefeitos para que a Assembléia Legislativa faça uma reflexão e exija do Tribunal de Contas que cumpra a lei que foi aprovada por esta Casa.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadão do Paraná, como bacharel em Direito e estudante da disciplina sempre acreditei, sempre defendi a Justiça. Mas, Deputado Belinati, quando vemos uma decisão como esta, três dias depois que os cidadãos da cidade de Londrina escolheram seus candidatos, foram às urnas e depois de três dias sai uma decisão sobre legitimidade de poder disputar uma eleição! Deputada Cida Borghetti, não estamos falando aqui sobre crimes eleitorais, abusos da máquina, compra de votos, não estamos falando sobre isso! Não estamos falando de pagamento de água e luz para eleitores, não estamos falando sobre armações, não estamos falando sobre boatos, não estamos falando sobre mentiras, não estamos falando sobre sites, e-mails denegrindo a honra de pessoas de família, não! Saiu a decisão sobre a legitimidade de poder disputar uma eleição. Esta foi a decisão que saiu 13 dias depois dos cidadãos terão escolhidos o seu representante. Fico pensando, a Justiça assistiu mais de 100 dias, de campanha para só depois que termina a eleição tomar uma decisão, que pode se tornar até mesmo um atentado à democracia. A democracia tem que prevalecer.

Deputado Ney Leprevost, senhoras e senhores, Deputados, estou sendo julgado, Deputado Jocelito Canto, eu não fui candidato a Prefeito nessas últimas eleições e, estou sendo julgado porque fui ao rádio dizer sobre os valores da família. Disse em meu programa que a família é o alicerce da sociedade. Trouxe a minha filha e a minha esposa aqui para acompanhar esse meu pronunciamento. No rádio sempre defendi os valores morais e éticos e sempre defendia, também, a família.

Estou sendo julgado, Deputado Ney, porque segundo a decisão de alguém, isso estaria beneficiando eleitoralmente o meu irmão Sandro, que foi candidato a Prefeito e fez quase 82 mil votos. Por causa de um pronunciamento que se fala sobre respeito de família, que eu faço, Presidente Nelson Justus, praticamente todos os dias. Início o meu programa de rádio e antes de entrar

aqui na Assembléia, fazendo as orações que são necessárias pedindo - porque sou do interior e tenho muito orgulho disso - pedindo a bênção para a avó, para o avô, para o pai, para a mãe e faço isso no rádio diariamente.

Mas, durante a campanha eleitoral eu não podia me dirigir a minha família com respeito, porque isso poderia estar beneficiando um candidato. Sabe qual é a pena, que eu posso sofrer? A perda dos direitos políticos por três anos, Deputados. Eu posso perder os direitos políticos, porque defendi a família paranaense. Falei sobre a família no rádio, mas eu não citei nome de ninguém. Não falei sobre o meu irmão, diretamente a ninguém e nem falei mal de outros candidatos, de outros concorrentes.

Portanto, Deputado Ney Leprevost, acho que existem algumas distorções, e precisamos sim, como agentes públicos, precisamos levantar a voz para dizer ao estado do Paraná que existem excessos. Existem sim, abusos.

Eu sempre respeitei a legislação e vibro a cada decisão jurídica, judicial, como vibrei no primeiro turno, quando a justiça impediu a divulgação de uma pesquisa do IBOPE que anotava inclusive o Sandro com 14 pontos e ele terminou com quase 29 pontos, um dia antes da eleição. Foi a Justiça que fez a impugnação dessa determinada pesquisa e, foi uma decisão acertada.

Agora, também preciso dizer que algumas decisões jurídicas, judiciais não representam os anseios democráticos dos nossos cidadãos paranaenses.

Preciso como Parlamentar, também expor aqui, a minha opinião e dizer que não concordo Deputado Belinati, o senhor foi eleito Prefeito de Londrina e merece no dia 1º de janeiro assumir o seu cargo com legitimidade, porque o senhor fez uma campanha limpa, séria, coerente, com propostas e ideais. Mas, mais uma vez eu repito: o senhor não está sendo julgado por compra de votos ou porque fez mal a alguém, através de panfletos apócrifos. E eu já fiquei sabendo que inclusive o senhor foi alvo de panfletos, de todo tipo de campanha suja, também. Infelizmente, na política acontece.

Não. O senhor foi julgado, agora, pela legitimidade de ser candidato. Mas, então, porque não aconteceu isso antes do primeiro turno, para que os eleitores pudessem, realmente, avaliar. “Não, olha, o Deputado Antonio Belinati não poderia ser candidato, não posso votar nele”. Tudo bem. Uma decisão judicial. Mas, a esperança daquelas pessoas que foram lá, digitaram seu número, fizeram campanha para o senhor, pediram votos para V. Exa., vibraram com sua vitória. E até mesmo seus concorrentes. Imagino, como falou muito bem o Deputado Luiz Claudio Romanelli, até mesmo seus concorrentes não concordam com esta decisão. Decisão tardia, esquisita.

Portanto, precisava expressar minha opinião e dizer que a Justiça precisa auxiliar a democracia. A Justiça é o instrumento necessário para que possamos ter uma democracia limpa, uma política correta, séria. Mas, quando existem distorções, erros na Justiça, a política, os Poderes constituídos, o Poder Legislativo, a Assembléia

Legislativa precisa também se impor e mostrar sua força e sua voz.

Portanto, me solidarizo com V. Exa., Deputado Antonio Belinati, e deixo aqui meu depoimento a seu favor também de todos os cidadãos que foram às urnas e escolheram seus candidatos nestas eleições.

Era isto, senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao partido dos Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Durval Amaral.

Liderança do DEM: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Segunda-feira próxima passada me manifestei desta tribuna sobre o resultado das eleições em Londrina, em que saiu vencedor o nobre Deputado Antonio Belinati. E até fui muito claro, dizendo que no meu entendimento o resultado das urnas deveria ser respeitado pelo TSE. O TSE, órgão responsável pelo julgamento em última instância, entendeu de forma diversa.

Fica aqui, nobre Deputado Antonio Belinati nossa solidariedade e nosso respeito à decisão da maioria do povo de Londrina. Entendo mesmo, que o TSE deveria, em respeito ao povo de Londrina, em respeito à terceira cidade do sul do Brasil, ter-se posicionado, ter decidido esta questão antes da realização do segundo turno. Não o fez.

O nosso sábio Aníbal Khury sempre disse: “Decisão judicial se respeita”. E nos autos, V. Exa. com toda certeza vai buscar os recursos necessários para poder fazer valer o seu direito. E tenha, apesar de estarmos em partidos diferentes na eleição em Londrina, o Democrata apoiou seu adversário, temos posições diferentes na cidade de Londrina, mas tenho certeza de que V. Exa., com seus bons advogados, vai em busca do seu direito, da sua defesa. E vamos esperar que a decisão do TSE e a decisão do Supremo Tribunal Federal seja tomada e automaticamente nós todos, Parlamentares, teremos que respeitar esta decisão do Poder Judiciário, seja ela a favor de V. Exa., seja ela de forma diferente. Teremos que aguardar. Por isso, entendo que não podemos, neste momento, tomar nenhuma decisão, já que somos um Poder constituído, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, tomar nenhuma posição que possa expor um confronto de um Poder com outro Poder, que é o Tribunal Superior Eleitoral. Temos que ter muita calma e muita cautela, mas desde já a nossa solidariedade e o nosso respeito a V. Exa. Pelo menos é o meu entendimento, nobre Presidente, Deputado Nelson Justus!

Um outro assunto que me traz a esta tribuna, é em relação à nossa Audiência Pública que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça, fará realizar na pró-

xima sexta-feira, às 10h, na cidade de Cascavel. Quero convidar todos os Parlamentares, para que se façam presentes nesta Audiência Pública, convidar a imprensa e dizer que está sendo feita uma ampla mobilização pela FACIAP, que é a Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná, uma ampla mobilização pela Federação da Indústria do Estado do Paraná, pela Associação Comercial de Cascavel e vamos ter a presença do nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, presidindo essa Audiência Pública.

Porque queremos ouvir o contribuinte, o cidadão do estado do Paraná que paga os seus tributos e que pega os seus impostos. Queremos que a sociedade civil, de maneira organizada, se manifeste para todos nós Parlamentares, para que possamos aqui balizar o nosso voto, ao entendermos que a proposta do Governo possa trazer benefício para o contribuinte ou chegarmos à conclusão, que poderá haver um aumento da carga tributária. Ouvir a opinião dos empresários em relação à oportunidade dessa medida, que, como já disse, parece-me bastante interessante, mas temos aí uma crise, uma recessão se avizinando e isso pode, automaticamente, se houver o impacto do aumento de carga tributária, agravar ainda mais a recessão no estado do Paraná, apesar de que todos os números, todas as colocações que a Secretaria de Estado da Fazenda tem feito é que, haverá uma manutenção da carga tributária hoje praticada.

Então, Sr. Presidente, nós estaremos na sexta-feira, às 10h, na cidade de Cascavel e às 18h também faremos uma reunião na Associação Comercial de Foz do Iguaçu, também discutindo e debatendo se essa proposta do Governo aumenta ou reduz a carga tributária, discutindo se isso será bom para o consumidor final, se isso será bom para os empresários e nós sistematizarmos a Audiência Pública, de tal sorte, que todos os segmentos econômicos que serão beneficiados ou que serão afetados poderão se manifestar nessa Audiência Pública da sexta-feira.

Então, fica aqui o meu apelo aos Srs. Deputados, o convite para que todos estejam presentes e para que todos aqueles que têm base eleitoral no oeste do estado do Paraná, possam mobilizar os segmentos econômicos envolvidos, seja o setor supermercadista, o atacadista, possam mobilizar aqueles que trabalham com combustível, enfim, aqueles que hoje estão enquadrados no SIMPLES, que até R\$ 360 mil praticamente não pagam tributos.

Então, é para que o contribuinte, para que o consumidor, para que o cidadão comum possa externar a sua opinião. E tenho certeza, que tanto a Situação como a Oposição terão bons ouvidos e vão saber ouvir para, após essa Audiência Pública de Cascavel e Foz do Iguaçu, após a Audiência Pública na cidade de Maringá e na cidade de Londrina, após as Audiências Públicas em outras cidades menores do Paraná, finalizando aqui em Curitiba, no dia 26, possamos chegar a um bom termo, a uma ampla discussão e dar condições para que cada um de nós, Parlamentares, possamos votar totalmente comprometidos com o interesse do contribuinte, com o interesse do consumidor,

com o interesse do cidadão do Paraná, que paga os seus impostos religiosamente todos os meses.

Então, era esse o apelo que eu queria fazer aos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PTB/PR com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Belinati.

Gostaria de prestar a minha solidariedade a V. Exa. e dizer que V. Exa. já foi bastante longe e já pode se sentir feliz na sua vida. V. Exa. começou lá quando eu estava nascendo em 1968 na vida pública, V. Exa. foi Prefeito três vezes em Londrina, V. Exa., eu me lembro, passou um momento difícil quando foi preso, eu vi pela televisão o seu sofrimento, vi tudo o que V. Exa. passou. Mas, V. Exa. agora, está com a alma lavada, o senhor não precisa nem pegar esse mandato, se pegar, pegou, não tem problema, V. Exa. foi às urnas e o povo lhe julgou, o senhor moralmente ganhou as eleições nas urnas. O povo, que é o maior poder desse país, lhe deu o direito de ser Prefeito de Londrina pela quarta vez em Londrina.

Então, acho que V. Exa. tem o maior orgulho de um Parlamentar hoje aqui, de poder ter passado pelas urnas e ter vencido contra tudo e contra todos. É um vitorioso. Se o senhor perder, porque a gente não sabe o que vai acontecer em Brasília, porque Brasília tudo acontece, Brasília, Curitiba, primeira instância, a gente não sabe, os Poderes são tão complicados, as decisões são tão diferenciadas. Mas V. Exa. é um vencedor, enfrentou a máquina do Governo Federal, Estadual, o senhor deu uma rasteira em todo mundo, tipo Bruce Lee lutando contra 50 chinesinhos daqueles dos filme do velho Bruce Lee. Um herói, o senhor ganhou de todo mundo.

Vi aqui o Presidente do PSDB, Deputado Rossoni, lhe aclamar. Se o senhor não ganhar o mandato a sua consciência está lavada pela honra do povo. Quando eu vi aquela foto sua sem camisa, agarrado e abraçado pelo povo, eu vibrei com o senhor, o povo tira a camisa do Belinati porque é o homem do povo. Não sei se o senhor vai ganhar, mas o senhor já ganhou moralmente o respeito do povo, que isso o senhor leve para a história e para a biografia da sua vida.

Vou lhe contar agora um fato que o senhor vai gostar mais do Poder Judiciário ainda. Respondo uma ação porque levei R\$ 100 mil à Santa Casa de Ponta Grossa quando era Prefeito, levei o cheque para salvar a Santa Casa que havia arreventado o setor de esterilização e parava a Santa Casa. Como Prefeito peguei o cheque, levei lá e entreguei os R\$ 100 mil.

O Ministério Público fez uma ação, e essa ação culminou com o Juiz em primeira instância dizendo que eu me autopromovi ao levar o cheque de R\$ 100 mil, e não era ano de eleição, era ano de precisão para salvar vidas. Veio aqui para Curitiba eu fui também condenado aqui em segunda instância, também entendeu que estava certa a sentença do Juiz de primeira instância. Fui a Brasília e perdi também de três a dois, porque também entendeu o STJ que cometi autopromoção ao levar o cheque lá. E eu estou lutando lá com agravos para ficar vivo nessa história do cheque da Santa Casa.

Agora, durante a campanha vi um fato que me chamou a atenção. Parei com tudo. Foi minha filha que me chamou a atenção. Fui olhar e vi o candidato a Prefeito de São Paulo, o Gilberto Kassab, entregando, no dia 15 passado agora, um cheque de 198 milhões para o Governador de São Paulo, como contribuição do município de São Paulo para o estado de São Paulo, para continuar as obras do metrô. Está aqui a foto.

Um cheque tipo Silvio Santos, Gugu, quando dá um cheque de presente para alguém, aquele cheque grandão. E assinou o cheque diante da imprensa e entregou ao Governador de São Paulo, no período de eleições.

O que fez a Marta Suplicy? Propôs uma ação pedindo a cassação do Kassab. Ele não poderia fazer isso. Sentença do Poder Judiciário: “Não podemos cassar o registro, foi insignificante”. E deram ao Kassab uma multa de R\$ 5 mil. E ele disse que vai recorrer.

Que Poder Judiciário é este? Que quer cassar um Prefeito que levou R\$ 100 mil à Santa Casa e não cassa o registro de um magnata de São Paulo que deu um cheque de 198 milhões, entregue ao Governador de São Paulo no período da eleição?

E não dá nada! Que país é esse? Que Poder é esse que não cassa um registro de um camarada que levou um cheque de R\$ 1988 milhões. Isso sim é autopromoção! E o Juiz diz que é insignificante. Aí o advogado da Marta diz: “Não podemos continuar com Juízes evidenciando posições políticas tão evidentes a favor do candidato.”

Que país é esse que a Justiça do Paraná é diferente da Justiça de São Paulo?

Levei 100 mil e não era ano de eleição e estou lá respondendo um processo, com dificuldades. E o Kassab, porque é tubarão, tem costas largas, é de um partido importante, sai bonito, dando risada e ainda diz que vai recorrer da multa.

Deputado Antonio Belinati, este pronunciamento é em homenagem a V. Exa. Os tubarões fazem o que querem e ninguém faz nada. Este é o país que vivemos. Quanto mais rico e poderoso tudo se pode fazer. Quando é um político simples cassam, a imprensa bate e os grandes dão risada. Eles brincam com a democracia.

Deputado Antonio Belinati, levanta a cabeça, toca a vida em frente, não desanime. Minha mãe sempre dizia isso e diz até hoje. Quando pequeno, construímos uns campinhos de futebol para jogar bola, no campo de alguém que tinha bastante terra. O pessoal ia lá e derru-

bava porque não podia entrar os “pia” da vila. Chegava chorando em casa e a mãe dizia: “Está chorando, por quê?” “Derrubaram o campinho!” “Vai lá e levanta o campinho de novo, rapaz!” “Vai lá e levanta de novo! Não está matando ninguém, só quer jogar bola!” Então, Deputado Belinati, não desanime.

Lembre-se do Kassab em São Paulo. Agora, é o Kassab. V. Exa., coitadinho, é o Belinati de Londrina, preso, massacrado, judiado, mas não desanime. Kassab passou por essa porque é um pouquinho maior que V. Exa., mas V. Exa. leva com o senhor tudo o que acontecer de agora em diante, leva um patrimônio, ganhou na raça, ganhou na categoria, derrubou todo mundo. Até o Romanelli V. Exa. derrubou. O careca esteve lá fazendo propaganda contra o senhor. Ganhou de todo mundo. Ganhou do Governador, por trás, que estava dando “tapa do gato” em V. Exa. O Requião adora dar o “tapa do gato”, não é? Então, V. Exa., Deputado pequeninho, ganhou dos tubarões. Ganhou na raça, no abraço do povo e no carinho do povo e no carinho do povo.

Vou deixar esta notícia com o senhor, depois. Guarde. Kassab foi só 198 milhões, não deu nada e ele debocha do Poder Judiciário ao dizer: “Ainda vou recorrer da multa!” Era um chequinho, um chequinho gigante de 198 milhões. Que país é este, Deputado Belinati? Este é o país que estamos vivendo. V. Exa. é um vencedor e vai continuar vencendo. Já venceu, o que vier agora é lucro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A pedido do Deputado Elton Welter e do Deputado Duílio Genari, esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Vice-Prefeito eleito em São José das Palmeiras, Divanir Brigantini, da Vereadora Disla Salvador e da Vereadora Adriane Mattos.

Sejam todos bem-vindos a Casa!

No horário do PDT com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Liderança do PDT: Deputado Geraldo Cartário

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Também gostaria de pedir que V. Exa. registrasse a presença do Vereador de Quitandinha Walcimar, por sinal o Vereador mais votado, com 958 votos; do Vereador Osmar Ribas de Serro Verde e do Vereador mais votado de Mandirituba, com 965 votos, o Vereador Zé Luiz.

Sr. Presidente, o fato que me traz hoje a esta tribuna é, por unanimidade, o assunto em discussão nesta Casa. Não poderia ser diferente, porque se trata de um companheiro que por diversos mandatos aqui esteve, e quando se ausentou desta Casa foi porque correspondeu aos anseios da população de Londrina. Aquela cidade, reconhecidamente, pelo seu valor, o elegeu por diversas vezes Prefeito da grande cidade do Paraná, a segunda do Paraná, a terceira do sul do Brasil. Sr. Presidente, se aqui

hoje não sai um documento como o Deputado Romanelli propôs, do voto de repúdio, talvez, esta Casa não deva apresentar, votar, para não cometermos o mesmo pecado, que ao meu ver, no meu conhecimento foi cometido em Brasília. Ou seja, não podemos revidar dessa forma. O que estamos mostrando ao Paraná e ao Brasil é que somos democratas.

Hoje, aqui, com o coração partido, Sr. Presidente, mas solidários. Deputado Belinati, de todos os seus companheiros ninguém levantou a voz, que não seja solidário a V. Exa. Aqui falo em nome do PDT, comandado pelo nosso Senador Osmar Dias, que me falou: “Fui diversas vezes em Londrina, nessa minha trajetória política e nunca levantei a voz, que agredisse o Deputado ou Prefeito Belinati.”

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Não quero como V. Exa. está dizendo, discutir o mérito desse julgamento da Justiça, porque isso as advogadas e os advogados vão discutir. Mas cuide uma coisa, estou sentado ao lado do Deputado Cheida, se a Justiça tivesse julgado lá no começo do processo. O não registro da candidatura do Deputado Belinati, em ele não sendo candidato, o quadro de Londrina seria totalmente outro. Quem diz que não iria o Deputado Cheida, ou o Barbosa Neto, ou quem quer que seja para o segundo turno.

Portanto, não é o mérito que se discute, é a demora que se discute. Depois da eleição como é que vai ficar? Vai ter eleição geral? Ou vai empossar o segundo? Ou vai fazer um segundo turno? Que no caso de confirmação, acho que é o mais válido. Mas, daí o Deputado Belinati pode substituir o seu nome por quem? Por qualquer londrinense? Ou por alguém que pertenceu ao seu partido ou a sua coligação? Como é que fica a população?

Deputado Geraldo, vou lhe dizer uma coisa que não deveria dizer, porque hoje com a televisão sai dos quadros dessa Assembléia. Acho que quem não tem nada a ganhar com isso é o Deputado Haully, que concorreu com o Belinati. Porque se anular essa eleição, se anular o mandato de quem teve a maioria dos votos de Londrina, tenho certeza absoluta que ele vai ter menos voto da população do que nesta que concorreu.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado Caíto Quintana.

O que indagamos é o que aconteceu a respeito não só do Deputado Belinati. Tenho um primo que teve 70% dos votos nessa eleição, na cidade de São Sebastião da Amoreira, que está na mesma situação do Deputado Belinati.

Também já fui vítima e estou respondendo após as urnas abertas, 62 mil votos que obtive e um dia depois me cassaram o mandato, me cassaram o registro. Agora, Deputado Caíto, que o Brasil é um dos poucos países que

tem uma Justiça Eleitoral, que não existe Justiça Eleitoral? Sabe V. Exa., que nós nesta Casa, precisamos saber e isso sem desmerecer a capacidade e a competência dos Conselheiros do Tribunal de Contas? Mas precisamos auxiliá-los e saber quais as suas prerrogativas. Aquela certidão que eles dão, aquela liminar, é amparada constitucionalmente, Deputado Caíto? Tem amparo legal? É isso que temos que levantar.

Não podemos somente culpar o Tribunal de Contas, porque vem de um círculo vicioso, onde concede-se liminar, aonde se manda uma lista de inelegíveis para o Tribunal e quando na verdade, a Justiça Eleitoral não tem competência para julgar o caso do Deputado Belinati. Porque o Deputado Belinati tem que ser julgado pela Justiça comum do nosso país, não por uma Justiça Eleitoral porque não existe o concurso para Juiz Eleitoral como existe o concurso para Juiz do Trabalho. Então, tem que ser revisto tudo isso. Não podemos permitir que o Tribunal de Contas, assuma para ele atribuições da Justiça comum. Como não podemos permitir que a Justiça Eleitoral assuma para ela, assuntos meramente de cunho da Justiça comum.

Sr. Presidente, acompanhamos pela TV Justiça de Brasília e um dia achamos que entendemos, no outro dia nós somos analfabetos. Não existe no país uma legislação eleitoral que em Quitandinha ou Colombo, Pato Branco, o Juiz interprete da mesma forma. Tinha Juiz que permitia isso e aquilo. O outro não permitia. Então, temos que preservar o nosso Tribunal de Contas e não colocá-lo em ridículo como possivelmente alguém interpretou ontem. O Tribunal de Contas não tem culpa dos nossos legisladores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, que estamos aqui ganhando o salário do povo e não sabemos nada, nem acertar as coisas. Sequer temos competência para aqui dirimirmos o que é o Tribunal de Contas e o que não é. Porque tudo se faz na democracia através da lei, Deputado Belinati. V. Exa. foi uma vítima quatro anos atrás da força do dinheiro da reeleição. Agora, V. Exa. está sendo vítima da força de interpretações errôneas, porque a Câmara dos Deputados Federais não sabe como resolver o problema eleitoral. Como também, nós aqui da Assembléia, não sabemos como resolver o que é o Tribunal de Contas.

Vi um julgamento em Brasília e um Desembargador falou o seguinte: “V. Exa., Sr. Ministro, está acabando com o Tribunal de Contas, quando V. Exa. fala que quem aprova as contas não é o Tribunal são as Câmaras Municipais”. Outro Ministro fala: “Não, não podemos permitir que a Câmara dos Vereadores composta de pessoas não qualificadas para o julgamento dessa importância venha dar a decisão final”.

Então, Sr. Presidente, está aí: a Justiça Eleitoral chamando para si a Justiça comum. E o Tribunal de Contas com atribuições da Justiça comum. Com isso, o povo de Londrina chora. Não sei até que ponto vai o espírito democrático do povo londrinense de aceitar fazer papel de bobo. De duas vezes ir à urna, deixar o seu voto, con-

sagrar o voto ao Prefeito Belinati e agora num passe de mágica, simplesmente chamam o povo de Londrina de trouxa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PP, com a palavra Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já tive a oportunidade aqui, no início da Sessão, de falar exaustivamente sobre o direito que creio deve ser respeitado de escolherem o destino da administração da sua própria cidade. O Deputado Belinati não estava no plenário no momento, mas falei e falei principalmente me referindo à extemporaneidade e à própria inconstitucionalidade que observo na decisão que ocorreu ontem, porque a lei é soberana e eu já dizia no início da Sessão, a Constituição é clara quando diz que todo poder emana do povo e por ele será exercido! Portanto se o registro de sua candidatura tivesse sido cassado antes do período eleitoral, talvez alguém pudesse ter uma posição diferente daquela que foi demonstrada aqui de forma unânime pelos Parlamentares. Mas depois de uma consagração pública como a que o senhor recebeu nas urnas no último domingo, sinceramente é lamentável nobre Deputado Antonio Belinati, é lamentável ver que prevaleceu uma decisão que não foi aquela que a maioria dos londrineses tiveram no dia das eleições!

Sou um defensor da democracia, do estado de direito, sou um defensor do respeito à Constituição Federal e a democracia deve sempre, sempre, sempre prevalecer. Certa vez um grupo de estudantes da Universidade Federal do Paraná esteve aqui entrevistando todos os Deputados para fazer uma pesquisa sobre o perfil ideológico de cada um e me perguntaram: “Deputado, para o senhor entre a vida e a liberdade o que é mais importante?” E eu disse: “Liberdade, porque sem liberdade não há vida plena e sem democracia não há liberdade e não há vida plena.” A democracia há de ser respeitada nesse país e nós temos, eu já disse isso aqui, de fazer o nosso *mea culpa* porque quando os Parlamentares e no caso me refiro especificamente ao Parlamento Federal, ao Congresso Nacional, a Câmara Federal, ao Senado Federal, quando deixam de fazer a reforma política é que permitem que fiquem brechas para decisões como essa que aconteceu ontem no seu caso. Precisamos da reforma política, da reforma eleitoral nesse país!

Mas falando em democracia, Deputado Elio Rusch, o Sr. que é um democrata, um homem que luta pela liberdade, um homem que luta pelo respeito à Constituição, é um homem que luta pelo estado de direito e a propriedade privada é um direito também assegurado pela Constituição Federal. Vejo o senhor aqui lutando

muito pela propriedade privada, principalmente dos produtores rurais, quero mencionar rapidamente o que aconteceu em Curitiba. Eu fui o Deputado mais votado no bairro Campo Comprido em Curitiba, o bairro Campo Comprido faz fronteira com a Cidade Industrial de Curitiba. Existe uma região de Campo Comprido que é bastante carente, que compreende a Vila Sandra e outros bairros pouco menos populosos, mas muito carentes. Ali, houve uma invasão de terra urbana, a Polícia Militar agiu e na minha opinião agiu de forma correta, da forma certa tirando os invasores daquele terreno. Você passava ali, mais de 2 mil pessoas, pessoas com carros, carros caros, gente que têm dinheiro para comprar até caminhonetes, mas ali com um pedacinho de terreno para fazer negócio e já caminhões vendendo madeirite, na frente daqueles que começaram a construir as suas pequenas casas. A polícia cumpriu a lei, semana passada, estão crucificando agora a Polícia Militar do Paraná.

Quero aqui dar uma palavra em defesa da Polícia Militar do Paraná, em defesa dos Comandantes que tiraram os invasores, do bairro do Campo Comprido e a favor da comunidade, da região do Campo Comprido, da CIC, da Via Sandra, que inclusive reclamava que aumentou a criminalidade sensivelmente durante o período em que aquele terreno pertencente a uma empresa, de Curitiba, estava invadido.

Então vamos respeitar a democracia, respeitar a propriedade privada, respeitar a liberdade, respeitar os direitos de opção de cada um.

Concedo um rápido aparte ao Deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Quero me somar ao vosso pronunciamento, principalmente, ao que diz respeito à questão da invasão e da reintegração promovida. Buscamos tanto a lei, exigimos que os direitos sejam resguardados, de repente a Polícia no cumprimento do seu dever passa a ser crucificada. Acho que temos que ter cuidado com aquilo que falamos e com as palavras que são colocadas, porque senão daqui a pouco vamos precisar da Polícia e ela não mais efetuará a sua atividade com medo de ser punida por cumprir o seu dever.

Evidente que temos que analisar e tentar solucionar o problema habitacional e daquelas famílias carentes, mas crucificar a Polícia, o que se dirá então de colocar as crianças na frente dos adultos, para evitar com que a Polícia cumprisse com o seu dever? Isso talvez tenha que ser mais crucificado. Isso talvez tenha que ser questionado, colocar crianças inocentes, pessoas que ainda estão aprendendo a escrever, a andar de bicicleta, de repente crianças de colo, colocar em risco a sua vida para defender algo que estava errado.

O problema habitacional tem que ser solucionado sim, é um problema de Governo sim, mas por favor, não vamos crucificar a Polícia Militar e os seus Comandantes, também concordo com V. Exa. não foram eles os respon-

sáveis pelo tiro no repórter da imprensa. Foi um policial de forma isolada. Eles não podem ser responsabilizados por essa ação e por todo esse contexto, que se diga de passagem foi o cumprimento de uma decisão judicial.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Exatamente, Deputado Artagão Júnior, o Parlamentar coloca muito bem a questão e me preocupa isso que o senhor afirma aqui, porque se daqui a pouco o policial que cumprir uma decisão judicial for punido por cumprir essa decisão pode ocorrer exatamente o que V. Exa. acaba de afirmar, correremos o risco de termos policiais temendo cumprir o seu próprio dever que é garantir a segurança da população, a lei e a ordem, porque podem ser demitidos, afastados, transferidos ou sofrerem qualquer tipo de represália.

Então, aqui a minha solidariedade a Polícia Militar do Paraná pela desocupação do terreno aqui na cidade de Curitiba, que ocorreu há poucos dias atrás. A minha solidariedade ao Comandante que foi demitido, ao Major do batalhão. Eu não sou contra a reforma agrária, não sou contra a reforma urbana, sou a favor dos movimentos sociais, mas desde que sejam movimentos sociais de verdade. E não organizações políticas ou criminosas. Está aqui o assessor da Oposição me informando que já é iniciava, inclusive, uma guerra entre gangues naquela área de invasão, para ver quem controlaria o tráfico de drogas na nova vila que se formava. Quer dizer, isto é uma barbaridade. A Polícia agiu com toda razão.

Agora, claro, precisamos sim de habitação popular, precisamos criar alternativas para que as pessoas mais carentes possam ter emprego, possam crescer. Mas não dando o peixe, ensinando a pescar. Aliás, é este o lema da Pastoral da Criança da Igreja Católica.

E aí o senhor me lembra muito bem a falta de caráter daqueles que colocaram as crianças na frente dos invasores, fazendo com que as crianças corressem um sério risco, ali naquele momento de confronto. Porque é óbvio, em toda a corporação sempre tem pessoas mais equilibradas e pessoas menos equilibradas. E de repente, no meio, havia também um policial despreparado, que cometeu o equívoco.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Se V. Exa. quiser usar o horário da Liderança da Oposição, nós lhes cedemos.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Nós lhe agradecemos e farei uso, com muito gosto, do horário da Liderança da Oposição. Vou ceder um aparte ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior e depois, se o senhor me der a honra, também de comentar sobre este assunto, quero ouvi-lo, porque sei que o senhor tem posições firmes sobre este tema.

Muito obrigado pela sua gentileza, aliás, sempre o senhor é uma pessoa muito gentil, um Parlamentar muito educado, com muita personalidade.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB) (Aparte)

Quero me somar à sua posição e é comum até termos pensamentos similares. Considero esta situação específica, desta invasão que aconteceu em Campo Comprido, muito ruim. Realmente, o grande problema, considero a autorização de pessoas que eu considero de boa índole, que precisam de ajuda, educação, moradia, emprego, são manipulados por lideranças que acabam prejudicando estas pessoas, descumprindo a lei e ainda utilizando crianças para fazer barricada. Foi um, absurdo.

A Polícia Militar tem a obrigação de cumprir lei. E não pode cumprir a lei e ser punida por isto. Porque seus dirigentes, conheço os Comandantes da Polícia Militar, são pessoas bem preparadas, estavam lá de maneira ordeira, negociaram a ida das pessoas, foi tudo tranquilo até certo ponto. Depois, estas lideranças insuflam as pessoas. E na hora que se promete um monte de situações para estas pessoas, elas acabam fazendo coisas erradas. Na realidade, temos que gerar emprego, gerar renda, procurar ajudar estas pessoas de outra forma, porque este caminho que estas lideranças do MST e outros fazem, é muito ruim para todo mundo, para a sociedade e principalmente às pessoas humildes, que são enganadas por eles.

O Sr. Elio Rusch (DEM) (Aparte)

Deputado Ney Leprevost, ouço-o com muita atenção. E digo que por inúmeras vezes ocupamos esta tribuna para defender o direito à propriedade. Nos, que presidimos a CPI da Reforma Agrária aqui da Assembleia Legislativa, presidimos também a Comissão Especial que investigou a ocupação de algumas fazendas invadidas no oeste do nosso estado, cada vez que ouço falar sobre a invasão de qualquer propriedade, com toda honestidade, me dá um arrepio. Porque se tem alguma coisa mais sagrada à pessoa é o direito à propriedade. Não é concebível que alguém venha a invadir sua propriedade, porque por maior ou por menor que seja, a propriedade é sua.

E V. Exa., com muita propriedade, faz menção à nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná. Lógico, podemos ter alguns policiais que não cumprem a disciplina da própria PM, mas quando a PM é usada e é convocada para a desocupação de uma área invadida, seja na área rural ou na área urbana - nesse caso foi na -área urbana - conhecemos a tática dos invasores, porque eles usam, seja na invasão ou na desocupação, na linha de frente as crianças, em segundo lugar as mulheres grávidas, em terceiro lugar os idosos e bem no final vem o batalhão de choque. Essa é a realidade! Isso é uma tática de guerrilha, que é usada por aqueles que invadem as nossas propriedades.

Aí, vem a Polícia Militar do Estado do Paraná, como o senhor está relatando da tribuna, e cumpre uma

determinação, desocupa a área, aí vem o Secretário da Segurança Pública e demite o Comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar. Ora, não sou especialista, mas na Polícia Militar existe o estado maior, existe o Comandante da Polícia Militar, existe o Comando da Polícia Militar do interior e da capital. Quer dizer, daí vem o Secretário da Segurança Pública e demite um Comandante do 13º Batalhão, que estava cumprindo uma ordem judicial, porque a Justiça mandou fazer a reintegração de posse e ele recebeu ordens superiores. Aí vem o Secretário da Segurança e demite esse Comandante do 13º Batalhão. A minha solidariedade a esse Comandante e ao Capitão, que também se afastou de suas funções em solidariedade ao Comandante que foi afastado!

A minha solidariedade a todos os policiais que participaram desse ato da desocupação e dizer que sempre terão, através do Deputado Elio Rusch, todo apoio necessário para que se faça cumprir a lei que existe hoje no país! Não existe homem, não existe Governo acima da lei. O que está acima do Governo é a lei e não o Governo acima da lei.

Esse Secretário de Segurança Pública que nós temos no estado do Paraná, eu já disse aqui na tribuna que ele foi na cidade de Cascavel e brincou com o sentimento e com os empresários, quando tinha a lista de presença em que deveria ser preenchido o nome, a profissão e de onde era e ao invés de assinar Fernando Delazari, ele assinou Roberto Carlos e como profissão, cantor. Esse é o Secretário de Segurança Pública no estado do Paraná.

Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento! Parabéns e a minha solidariedade aos policiais militares e principalmente a essas pessoas que foram afastadas! Gostaria que o Secretário de Segurança Pública fosse dar ouvidos também para as outras pessoas. Quer dizer, isso que nós falamos um dia em relação, muitas vezes, às pessoas que são vítimas de seqüestros e muitas vezes as pessoas falam de direitos humanos. Fala em direitos humanos quem não tem um de seus familiares seqüestrado. Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Apenas, Deputado Elio Rusch, lembrando que talvez esteja na hora de fazermos neste país um resgate, assim como o Deputado Rangel falava da família, falava do resgate dos valores éticos, um resgate dos princípios constitucionais do país. Porque não é uma questão de ser a favor ou contra a propriedade. O deito à propriedade privada está lá assegurado entre as cláusulas péticas da Constituição Federal, cláusulas essas que não podem sequer se mudadas, porque são péticas, que vem do latim, pedra - é pedra que não pode ser removida.

Então, a propriedade privada está assegurada, assim como estão asseguradas as liberdades individuais, assim como está assegurado o direito à privacidade, que hoje também não é mais respeitado nesse país, vimos isso lá na campanha de Ponta Grossa, coisas que fizeram, terríveis, não vou nem entrar aqui na questão porque senão

eu vou acabar ocupando o horário inteiro que ainda me resta, e eu tenho um pedido de aparte do Jocelito, do Deputado Tadeu e do Deputado Welter.

Então, pela ordem de inscrições, Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Ney, eu só queria fazer uma consulta a V. Exa., que eu tenho visto aqui os membros da Oposição reclamar bastante, principalmente o Deputado de Marechal Rondon, nosso guerreiro Vice-Líder da Oposição, hoje Líder, é que existem muitas desocupações na fila de espera no interior do Paraná de terras produtivas que tem autorização do Poder Judiciário para serem desocupadas. Então, existe uma ordem cronológica das desocupações, de acordo com os mandados dos Juízes, por que foi liberada essa de Curitiba tão às pressas, e essas do interior que estão aguardando há muito tempo, que tem mandado judicial, por que não se libera isso?

Qual é a diferença da urbana e qual é o interesse disso, desocupar aqui, desocupar a do interior? V. Exa. que tem mais conhecimento, o que se passa com isso?

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Boa pergunta Deputado Jocelito Canto. E acho que seria prudente se as autoridades responsáveis por essas decisões, que no caso é a Secretaria de Segurança Pública, ou o próprio Governador do Estado, viessem a público, ou o próprio Governador do Estado, viessem a público e esclarecessem por que desistirem no interior, alguns mandados judiciais, por que desistirem de decisões judiciais que não são cumpridas.

Agora, o importante é que aqui em Curitiba foi cumprida, eu estou me referindo, assim como o senhor brilhantemente defende a sua cidade de Ponta Grossa, eu estou defendendo a comunidade de Campo Comprido que me procurou por duas vezes, é um bairro aonde eu tenho uma representatividade política, e as pessoas que lá vivem estavam contra essa invasão, os moradores do bairro, que vivem lá há muitos anos, estavam contra essa invasão, sem contar os problemas ambientais que essas ocupações irregulares acabam gerando, todo um transtorno, ocupações em áreas de fundo de vale, problemas que acabam gerando poluição dos rios, quer dizer, tudo isso só contribui para o caos urbanos dentro da nossa cidade.

Infelizmente o meu tempo está acabando, mas tenho certeza que os Deputados Tadeu e Elton poderão depois se pronunciar sobre esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi, pela Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente.

Nós estamos, Srs. Parlamentares, há precisamente 508 anos submetidos à exploração de uma minoria. Então, vemos aqui o esforço da extrema Direita para que possamos continuar no mesmo estado de miserabilidade a que estão submetidos milhões de brasileiros. Não se coloca, Deputado Jonas Guimarães, o dedo na ferida. Qual é a causa dessas situações a que estamos submetidos? Qual é a causa? Por que estamos na frente de pessoas que poderíamos chamar até de miseráveis? Mais miserável do que a miséria são os regimes que produzem a miséria. Então, é essa a questão. Não adianta essa lengalenga.

Primeiro gostaria, Deputado Elton Welter, que se fizesse uma diferença dos termos invasão e ocupação. São diametralmente opostas. Invasão não tem nada a ver com ocupação. Muitas vezes você ocupa aquilo que é de seu direito ocupar.

Todo mundo tem direito à vida. Que vida? Essa vida a que esse capitalismo idiota, que está em frangalhos neste momento, submete milhões de pessoas no mundo todo? E vemos espasmos com relação ao que está acontecendo. Existem coisas que ultrapassam os limites. No meu entendimento, precisaríamos chegar com muita cautela na causa desse problema.

Tem gente neste país de 8 milhões e 500 mil m2 de território que não tem um palmo de terra para plantar um pé de feijão. Aí a Direita fica apavorada quando alguém chega, como o índio Evo Morales, dizendo que a Bolívia é dos bolivianos. Não, eles querem que a Bolívia seja dos opressores que existem por aí afora. Eles admitem que os americanos, todos os dias, matem inocentes. O Hugo Chávez é um bandido, na opinião deles, porque procura fazer com que a soberania venezuelana seja respeitada.

Eu, quando menino, vi os americanos desencadearem aqui contra a Revolução de 64. As mulheres se organizavam. Os sindicatos ganhavam força. Os agricultores se uniam. Os jovens, como eu, levantavam para protestar, com as nossas forças, em relação àquilo que existia aqui. E eles falavam que éramos inimigos do Brasil: "Ame-o ou Deixe-o"! Tenho esperança ainda, quando lembro dessa frase, que esses torturadores que acabaram com vidas, que não deixaram o povo brasileiro saber onde se encontram os ossos de muitos que eles assassinaram...

Vemos aqui potentados defendendo outros potentados que concentram as rendas, as riquezas, as propriedades nas mãos de poucos. Aí é o povo que não presta.

Aliás, Deputado Belinati, cansei de ouvir que a suprema lei era a vontade do povo. Até para tocar nesse assunto, o povo vai lá, se manifesta em maioria numa direção, numa oportunidade. Daí a pouco, vinte e poucos dias depois, manifesta-se novamente. E, a suprema lei, que é vontade do povo, não sei para onde que vai acabar indo.

Olha, hoje até me retirei, porque muitas vezes, por pouca coisa, acabo me irritando.

Outro dia, num blog de um respeitado jornalista, Fábio Campana, apareceu uma nota: “Se o PT quer mudar de aliados, que entregue os cargos”, diz Doá-tico. Bom, esse é o Presidente do PMDB de Curitiba e ele tem todo direito de se manifestar e fazer as afirmações que ele bem entender. Deputado Romanelli, V. Exa. está sendo aqui também citado. Isto aqui diz respeito a uma declaração do Ministro Paulo Bernardo, pelo qual tenho o maior respeito, inclusive ele é bancário do Banco do Brasil, eu o conheço, companheiros meus de Arapongas fizeram a campanha dele quando foi candidato a Deputado Federal.

O ex-Deputado Federal Paulo Bernardo, Ministro, fez uma declaração: “Olha, vamos procurar o Osmar Dias para conversar.” É a coisa mais natural do mundo os políticos conversarem, mesmo entre os antípodas, aqueles que não têm nada em comum. O Doá-tico diz o seguinte: “Se quiserem falar com o Osmar entreguem os cargos, porque temos companheiros valiosos do PMDB fazendo parte deste Governo que é plural. Nós chegamos ao Governo do Estado não de maneira monolítica, como quer dizer que é a Oposição. Nós chegamos pelo apoio de muita gente, os companheiros do PT estão lá.” É uma declaração do Presidente Municipal do PMDB, aqui de Curitiba. Ele falou: “Entreguem os cargos!”

Não sei se é verdadeira a declaração, mas aparece o Romanelli dizendo o seguinte: “Olha, foi uma deslelgância do Ministro.” Pois bem, no blog apareço eu. Quando chega em mim, sabendo da maneira que eu acho, alguns me disseram, dois anônimos que vivem cutucando sempre essas questões, dizem que eu falei que o Ministro não tinha vergonha na cara. O Deputado Tadeu Veneri veio tocar nesse assunto e eu mostrei a nota que eu redigi e mandei para o blog. Bom, estava a declaração no blog sendo dirigida como se fosse de minha autoria, mas aí o blog, quando recebe a minha declaração, o que o jornalista faz? Simplesmente retira e eu fico diante dos companheiros do PT como alguém que acusou o Ministro de não ter vergonha na cara. Não é verdade! Eu assumo, digo aqui, por mim falo eu.

A minha vida sempre foi feita com coragem, enfrentando quem deve ser enfrentado. Agora, olha, até aqui de sacanagens repetidas. Isso é que empobrece a política. Como essa discussão, senhores do DEM e de outros partidos. Vamos à raiz dos problemas. Por que é que existem miseráveis que não têm casa para morar? Por quê? Porque estamos aqui, há quinhentos e poucos anos, sendo submetidos a uma exploração dos proprietários brancos, que são os donos da verdade, os senhores da guerra, aqueles que agem e decidem em nome de todo mundo. Olha, fiz da minha vida um exercício permanente de crença nas coisas que por meio do estudo, do exemplo dos outros, me convenci que estavam corretamente colocadas.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Waldyr Pugliesi, ouço com muita atenção seu pronunciamento e devo dizer que em partes eu concordo, em outras partes não. É natural, porque eu defendo o direito à propriedade. Ocupação ou invasão, quando V. Exa. faz referência à invasão a uma propriedade produtiva, a invasão a uma área urbana que tem direito e a área está em nome da pessoa, está registrado, essa pessoa tem sua propriedade, Deputado. V. Exa. faz questão de citar o antigo PFL, os Democratas, ou seja lá quem for. Quero lembrar a V. Exa., que o país nos últimos anos foi administrado pelo PMDB, na pessoa do Itamar Franco, na pessoa do José Sarney. Nos últimos anos está sendo administrado pelo PT. O Governo do Estado está sendo administrado pelo PMDB. Estou há 18 anos na Assembléia e tive apenas dois Governos. Requião, quatro anos; Jaime Lerner, oito anos; Requião, mais oito anos. Vamos começar a assumir também a responsabilidade que é do Governo. Não vamos só culpar os Governos da ditadura militar, que também condeno.

Aliás, vou dizer mais, quem rompeu com o regime da ditadura e quem provocou as eleições diretas foram os antigos PDS e PFL que romperam. V. Exa. sabe muito bem, que foi o PFL que fez a aliança com o PMDB, para acabar com as eleições indiretas e se partiu para as eleições diretas.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Presidente, um pouco de liderança democrática, que estou solicitando.

Não livre ninguém dessa história. Falei em 508 anos de exploração. Então, está todo mundo colocado de uma maneira ou de outra nessa situação. O papel que nós do PMDB desempenhamos no sentido da redemocratização, foi fundamental e insubstituível. Nós é que começamos com toda essa batalha, para voltarmos ao regime democrático e conseguirmos a implantação do estado de direito.

Eu, um dia vim aqui, pelo o que estava acontecendo, disse que estávamos caminhando na direção de um estado policial e as pessoas interpretaram de maneira totalmente diferente. Infelizmente, as coisas são dessa maneira. Mas, gostaria de dizer que na realidade não se chega ao âmago da questão, à causa, porque os remédios, depois de conseguida a origem dos problemas, os remédios poderão ser aplicados. Infelizmente é assim. Nós, políticos, deveríamos assumir, por exemplo, as nossas responsabilidades e colocarmos leis, que não deixassem dúvida a ninguém sobre esse aspecto da interpretação. Mas os políticos, muitas vezes, morrem de medo desses poderosos, ficam com medo de outros poderes e aí é resvalar morro abaixo.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Aquela área que foi colocada aqui pelo Deputado Ney Leprevost, ele sabe porque é amigo de quem é aquela área e também sabe quem patrocinou a entrada de 300 famílias lá. Não foi ninguém de partido que é dito de Esquerda. Eles sabem também que levaram motosserras, caminhões e colocaram advogados lá, prometendo que aquela terra seria doada.

Na semana que vem pretendemos trazer aqui depoimentos feitos à Polícia Federal, com um ex-candidato a Vereador e com uma candidata a Vereadora, que não foi reeleita e que esteve lá dizendo que aquelas famílias receberiam da Prefeitura os terrenos. É preciso que se diga isso, porque as pessoas entraram lá na madrugada, 300 famílias, justamente em um dia, que coincidentemente, a empresa que é dona de um terreno de 20 alqueires retirou toda a segurança. Aquele dia o candidato a Vereador que é do PSB entrou lá, levasse as famílias e mentisse dizendo que iam receber terras. Os coitados depois de terem feito todo o desmate - agora aquela área pode ser loteada - fossem colocados para fora. Tenho certeza que a Polícia Federal, que já está investigando, na semana que vem poderá dar a nós, pelo menos algumas respostas de quem eram os caminhões, as motosserras e quem levou essas pessoas, elas não foram por acaso.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Um parte, nobre Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Como posso, Sr. Presidente, negar um aparte ao Líder do meu Governo, o Deputado Romanelli? Se V. Exa. continuar sendo condescendente, logicamente. Essa discussão seria até importante para aprofundarmos as coisas, porque de fisiologismo, oportunismo e anedotas em relação àquilo que aconteceu no passado, eu que vivi praticamente tudo isso, estou cansado. Inclusive, Deputado Elio Rusch, essa questão da propriedade, se depender do seu partido!

Por exemplo, a água teria um dono, a energia teria outro dono, e o povo? Ah, o povo, deixe o povo para lá!

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Desculpe, mas, não posso aceitar...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Já acabaram todos os horários, estamos rasgando o Regimento Interno desta Casa.

(Discussões paralelas)**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Estou sendo o mais democrático possível. V. Exa., Deputado Romanelli, tem o tempo garantido, mas desde

que seja breve. Estamos extrapolando realmente o discurso do Deputado Pugliesi.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Estou tentando falar, só que o meu microfone está sendo cortado. Alguém que também não gosta do que vou falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, eles obedecem às minhas ordens.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

É no sentido de poder, naturalmente, dizer ao Deputado Pugliesi que ele tem absoluta razão na análise que faz. A insensibilidade é absoluta e contraditória. Já que o Líder do PFL está ofendido, não vou falar do que ele pensa. Falo em outro momento.

O fato concreto é isso mesmo, a manipulação das pessoas. Temos uma lei federal que é o regulamento, parcelamento de uso do solo, a 6766 de 1979. Ela é uma lei elitista do ponto de vista da eleição de áreas que podem ser parceladas. Somada à legislação ambiental, nós, de fato, temos muitas restrições na realização do parcelamento do solo para se fazer os loteamentos. Agora, o que tem de proprietários de terras, Deputado Elio Rusch, que parece que para V. Exa. o Papa Leão XIII nem fez a reza no vale, em 1891. Para V. Exa., nem na primeira Constituição de 1824, que já tinha... social da propriedade não existe. Para V. Exa. a propriedade é absoluta. E não é assim. Mas, há de se reconhecer o seguinte: proprietários de terras manipulam pessoas para poder, de fato, utilizar uma terra que está proibida pela legislação urbanística.

O fato é que o tema é complexo, Deputado Waldyr Pugliesi, mas V. Exa. aborda-o como tem que ser abordado, com humanismo. V. Exa. tem autoridade moral para falar nesta Casa, foi Constituinte e conhece muito bem o tema que está desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Pugliesi conclua, já estamos extrapolando o tempo e posteriormente vou conceder o mesmo tempo ao Líder da Oposição.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, veja bem como uma questão que é importante, como essa do direito à propriedade, motiva uma discussão que considero não epidérmica, mas profunda. Mas, quero dizer aqui, Sr. Presidente, de todo apreço que já manifestei muitas vezes aqui pela qualidade intelectual do Deputado Ney Leprevost, que é um homem que fala com convicção, defendendo as suas idéias. Tenho um respeito pelo Deputado Elio Rusch que vem de longa data, podemos dizer que somos debatedores de idéias, ele acredita em determinadas coisas e ele é muito correto em defesa das suas convicções, como eu também procuro ser para continuar acreditando nas coi-

sas que foram embasadas por convicções profundas que eu tenho, estudo de tantos e tantos anos.

Portanto, agradeço àqueles que me apartearam, quero repetir aqui o apreço que tenho e não faltará oportunidade para que possamos debater essas questões em profundidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não tenho dúvida que o tema é apaixonante e merece realmente ser debatido profundamente nesta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch pelo tempo que achar necessário, posteriormente a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Presidente, cumprimento o Deputado Waldyr Pugliesi pelo seu pronunciamento e é claro que temos opiniões completamente divergentes, mas também acho que ele é um homem coerente, um homem que tem convicções, um homem inteligente. Nós pensamos muito diferente. A única observação que tenho a fazer é em relação ao que disse o Deputado Tadeu Veneri, que me deixou intrigado aqui: em primeiro lugar ele disse que eu sei quem fez a invasão no Campo Comprido e em segundo lugar ele disse que foi alguém do PSB, do Partido Socialista Brasileiro, disse que é meu amigo inclusive. Me surpreendi e quero dizer que não sei quem fez, que estou curioso para saber e gostaria que o Deputado viesse aqui e declarasse publicamente o nome de quem promoveu essa invasão, porque realmente ele me deixou muito intrigado e muito curioso com a informação que trouxe a esse Plenário.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, o tempo da Liderança da Oposição já foi usado pelo Deputado Ney Leprevost, mas já que V. Exa. foi tão gentil com o Deputado Waldyr Pugliesi - a quem eu respeito, a quem estimo e respeito à sua posição, que defende com convicção a sua tese - como eu espero que o Líder do Governo, Deputado Romanelli, também respeite a nossa posição! Agora, não posso aceitar, jamais, que o Deputado Romanelli venha dizer que o Deputado Elio Rusch tem coração de pedra.

Não, Sr. Deputado Romanelli, não aceito essa pecha e eu diria a V. Exa. que se o senhor não tem coração de pedra abra o seu capital também, divida o que o senhor tem com as pessoas que não têm! Dê um caminho, são tantos motoristas desempregados, dê um caminho da sua frota para eles, abra o seu apartamento, acolha os coitados também, aí o senhor tem um coração generoso!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, inicialmente minha gratidão aos Deputados e Deputadas que nesta tarde se manifestaram a respeito da decisão da mais alta Corte de Justiça Eleitoral, o TSE, que acabou acolhendo o recurso de impugnação de nossa candidatura. Tenham certeza, nobres Parlamentares, que a fita da Sessão de hoje terá um peso muito grande no coração e na minha alma e de toda minha família, que guardaremos como um patrimônio. Muito obrigado a todos.

Quero pedir a compreensão da nossa imprensa, dos queridos profissionais do rádio, jornal, televisão, teve jornalista que passou a noite de plantão na porta do meu apartamento. Acertamos, numa decisão em conjunto com a nobre Deputada Cida Borghetti, que quem falará sobre a questão TSE será, única e exclusivamente o líder maior do nosso partido, o grande companheiro e amigo Ricardo Barros, o maior ombro amigo que encontramos na nossa campanha eleitoral, no sentido de agilizar algumas coisas que são necessárias para a boa condução da campanha eleitoral.

Sr. Presidente, expressar ao povo de Londrina, que na luta de hoje, centenas de londrinenses fizeram protestos perante o prédio do Fórum, da Câmara e da Prefeitura, de minha cidade, extravasando um descontentamento, uma reprovação à deliberação do TSE, através dessa manifestação que também está sendo acompanhada por muita gente em Londrina. Pediria aos simpatizantes, aos nossos verdadeiros eleitores e eleitoras que tivessem cautela nas manifestações, evitando, inclusive, infiltrações de pessoas que muitas vezes são contrárias a nós e que se infiltram numa manifestação pacífica, de paz e acabam criando confusão. Isso vem, naturalmente, em total prejuízo a mim, nessa fase de recurso que será formulado perante a mais alta Corte de Justiça, o Supremo Tribunal Federal.

Sempre confiamos na Justiça e estamos otimistas sim, de que a exemplo do que o próprio Presidente do TSE reconheceu ontem à noite, que faz mais de 10 anos, que o TSE julga casos de pedidos de impugnação semelhantes ao meu e, que há mais de 10 anos, aquela Corte, ela não colhe impugnação. Mas que ontem, o Presidente do TSE, com a sua boca, com a sua voz, presidindo a sessão de julgamento disse: "Bom até agora votamos assim - a televisão estava transmitindo e a audiência ontem foi grande, o Presidente do TSE - até agora votamos todos os pedidos assim, e, porque esse agora agente não votar desse outro jeito."

Eles fizeram então uma votação dita pelo Presidente e por outros Ministros que também discursaram na Sessão de julgamento.

Agora, vai para o Supremo, esses três Ministros que ontem fizeram essa manifestação, eles estarão impe-

didos de dar um novo voto no Supremo, serão outros julgadores.

Quero, Presidente, então, ao ocupar esta tribuna, expressar que Deus abençoe a todos. Abençoe os nossos Parlamentares, os nossos familiares, os nossos cor-religionários e mais uma vez uma palavra: calma, calma e calma para o nosso povo. Qualquer ato de violência virá em total prejuízo à minha carreira política. Principalmente porque sempre aprendi, criado num lar cristão, a trilhar a minha jornada política pelo caminho da paz, pelo respeito ao povo, pelo respeito àqueles que nos apóiam. O respeito também aos nossos adversários, aos eleitores do outro lado e ao povo de Londrina, que fez com que eu fosse eleito “tetraprefeito”, com a maior votação de toda a história de Londrina, com a maior votação já recebida por um candidato: quase 139 mil votos.

Então, nesta oportunidade, ao encerrar esse pronunciamento, minha gratidão a todos os londrinenses e vamos continuar com a mesma serenidade, com a mesma esperança e com a mesma confiança que haveremos de superar mais esse espinho que é colocado no nosso caminho.

Mas, de qualquer maneira, Sr. Presidente, quero aqui, independente do que será decidido no lance final do Supremo Tribunal Federal, agradecer a Deus, porque filho de ferroviário que sou, fui o grande vencedor das últimas eleições, no primeiro turno, do segundo turno, e do outro lado, no outro palanque, estavam grandes estrelas da política brasileira. Ao nosso lado aquele povo simples, os mais pobres, a população de baixa renda que falou mais alto, a vontade do povo que nos tornou vitorioso.

Esta vitória não é de Antonio Belinati. É a vitória deste querido e abençoado povo de Londrina, a quem rendo minha profunda gratidão. Deus abençoe este povo querido. E vamos continuar confiando na Justiça, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem a solidariedade não só dos Deputados que se pronunciaram, mas pode ter certeza, de toda a Assembléia Legislativa.

Gostaria de lembrar que amanhã teremos, na nossa Sessão matinal, a Sessão Solene por proposição da Deputada Cida Borghetti, de entrega de título de Cidadania Benemerita ao Dr. Paulo Rogério de Bittencourt, às 10h, neste plenário. E às 16h, por proposição do Deputado Osmar Bertoldi, a 2ª Conferência Latino-Americana de Preservação ao Meio Ambiente, de Curitiba, no plenarinho.

De igual maneira, lembrando que a Assembléia Legislativa convida a todos para, no dia 31, em Cascavel e Foz do Iguaçu, a Audiência Pública sobre reforma tributária. Em Cascavel às 10h da manhã, na sede da Asso-

ciação Comercial e Industrial de Cascavel, e posteriormente em Foz do Iguaçu, na parte da tarde.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Não vou estar aqui amanhã para me pronunciar.

Chegou uma informação agora, uma notícia muito boa, de uma causa antiga, através do Deputado Federal Ângelo Vanhoni, marcamos uma audiência com o Ministro da Educação no próximo dia 5 de novembro, às 17h, sobre a questão VIZIVALE, que diz respeito a 35 mil professores. Então, aqueles professores que estão nos assistindo pela TV SINAL neste momento, poderiam divulgar aos seus colegas. Estaremos com nossa comissão representativa e todo o segmento interessado nesta questão, em Brasília, no dia 5 de novembro, às 17h, com o Ministro da Educação. Estamos muito otimistas de que conseguiremos uma solução definitiva para este caso.

Era esta a informação.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária do dia 30/10/08, em virtude de estar representando esta Casa de Leis na Conferência Latino-Americana de Software Livre, a ser realizada no Parque Tecnológico Itaipu, no município de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Projetos anexos nºs 042/08 e 330/08, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos na forma que menciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação o substitutivo. **Aprovado.**

Está em votação o projeto, na forma do substitutivo. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que obriga os fornecedores de serviços no âmbito do estado do Paraná a disponibilizarem nas faturas seus endereços completos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC, CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 649/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CDHCDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/07, de 04/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 649/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do estado do Paraná.

Fundamentação

Projeto idêntico já recebeu veto governamental, em legislatura anterior. Na justificativa do veto o Sr.

Governador não encontrou nenhuma inconstitucionalidade na proposição, mas entendeu a proposição de difícil exequibilidade e que o Corpo de Bombeiros estava finalizando implantação de proposta abrangente no aspecto de prevenção de incêndios.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 649/07, pois cabe a Comissão de Constituição e Justiça analisar, apenas, a constitucionalidade e ilegalidade do projeto.

Sala das Comissões, em 20/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 649/07

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Parlamentar, Sr. Deputado Mauro Moraes, tem como objetivo dispor sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se pronunciar, através desta relatoria e em conformidade com o que estabelece o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa. De igual modo, salienta-se o caráter altamente meritório da proposta. Ainda, o autor ressalta que os acidentes com envolvimento de vazamento da proposta. Ainda, o autor ressalta que os acidentes com envolvimento de vazamento de gás, são constantes e demonstram a preocupação e a intranquilidade que vive a população.

Observe-se, ainda, que medidas como esta tem o caráter preventivo e tornam-se necessárias e de muita importância.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente a matéria em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/12/07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 649/07

P A R E C E R :

Para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 649/07 que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos

comerciais, industriais e prédios residências do estado do Paraná.

A competência da presente comissão do inciso VIII do artigo 33 do Regimento Interno.

VIII - À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor; bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

Está na competência desta Comissão analisar a proposição.

A CCJ manifestou-se pela Constitucionalidade da proposição.

A medida é importante para prevenir acidentes mais graves que têm sido frequentes em razão de vazamento de gás.

Quanto ao mérito nada há que obste a tramitação regimentar da proposição.

Considerando a importância da matéria para os consumidores que frequentam os estabelecimentos mencionados no inciso I do artigo 1º projeto de lei e dos moradores dos prédios mencionados no inciso II do mesmo artigo, a proposição deve seguir sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12/12/07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 864/07, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello, que institui normas de responsabilidade educacional no estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 166/07, de 17/12/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 864/07

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello, institui normas de responsabilidade educacional no estado do Paraná.

Em síntese, a norma estabelece regras que obrigam os entes a fixarem metas para o desenvolvimento da educação.

Torna obrigatória a inclusão de anexos às leis orçamentárias tratando da educação, detalhando programas, projetos e ações.

Torna obrigatória também a elaboração do Mapa Educacional que evidenciará o real quadro da Educação no Estado.

A proposição obriga a realização de audiências públicas de prestação de contas, criação de Fórum para acompanhamento das ações, dentre outras medidas. Se aprovada, a lei criará parcerias entre o governo estadual, governos municipais, Conselho Estadual de Educação e entidades da sociedade para viabilizar as ações.

Em nosso entendimento, a proposição está dentro da competência do estado para legislar e não fere a competência privativa do Chefe do Executivo para iniciar a lei sobre a matéria.

Preocupa-nos o fato de não existir medida que penalize os agentes públicos que não cumprirem as metas estabelecidas nas leis orçamentárias e as demais exigidas por esta lei.

Neste sentido propomos emenda para determinar que o não cumprimento da norma e, principalmente, das metas estabelecidas, caracteriza ato de improbidade administrativa com as sanções cabíveis.

Para assegurar a efetividade dos objetivos da lei propomos emenda aditiva estabelecendo as sanções pelo descumprimento da norma.

A emenda apresentada apenas reafirma o contido no artigo 11 da Lei nº 8429/92 que considera ato de improbidade o desrespeito aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, em especial o da legalidade.

O parecer é pela tramitação da proposição com a emenda apresentada pois está dentro dos limites e prerrogativas da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 864/07

Adite-se ao projeto de lei artigo com o seguinte teor:

“Art. ... O descumprimento ao disposto nesta lei, bem como o não cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, no tocante à área de educação, caracteriza ato de improbidade administrativa por parte do Chefe do Executivo e Agente Político responsável pela área de Educação em cada ente, nos termos da Lei Federal nº 8429/92.”

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA, E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 864/07

P A R E C E R :

Relatório

O desenvolvimento do estado passa o aplicar um amplo processo educacional. Para tornar eficaz esta ação é necessário haver integração entre os participantes deste processo e respeitar a responsabilidade de cada envolvido, bem como, proporcionar o dialogo entre as partes possibilitando a execução adequada do programa cumprindo as metas estabelecidas.

Parecer do Relator

Este projeto possibilita aprimorar o processo democrático e contribui na elevação da qualidade do ensino no estado do Paraná.

Considerando estes o parecer é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2951, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, para discutir o requerimento.

(Assentimento)

Peço encarecidamente ao Líder do Governo que retire o requerimento para que votemos a constitucionalidade da matéria e que discutamos possíveis emendas para, eventualmente, corrigir algum vício.

Peço encarecidamente, em nome do Deputado Péricles e da Bancada do PT, porque essa matéria é de fundamental importância para a melhoria da qualidade do ensino no Paraná. É perfeitamente constitucional, já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Educação, ela fortalece o papel deste Poder, porque é uma forma de ter um acompanhamento da execução de programas fixados para melhorar a qualidade do ensino. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos a Lei de Responsabilidade da Educação, onde, de acordo com o artigo 10 da lei, todo ano deverá ser repassado o relatório pelos instrumentos criados nesta lei para esta Casa. Esta lei realmente é de suma importância para que, com o tempo, tenhamos cada vez mais uma política para melhorar a qualidade do ensino no Paraná e um controle social da sociedade, sendo que está tudo na lei, a forma de agir, que vai atender inclusive o interesse de todos os municípios do Paraná e também do estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar o requerimento, Sr. Presidente.

O requerimento que apresentamos retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 864 é justamente no sentido de poder buscar uma alternativa à flagrante inconstitucionalidade que o presente projeto tem. Embora o projeto tenha passado pela Comissão de Constituição e Justiça, sabemos que padece de um vício de iniciativa. Tem uma flagrante inconstitucionalidade nesse projeto. Para se ter uma idéia, ele atribui até penalidades ao Chefe do Poder Executivo.

Estou dizendo, Sr. Presidente, que o projeto é uma cópia de leis que foram implantadas - ou pelo menos diz a justificativa - em outros estados da federação. Sinceramente, não tenho conhecimento desse tema, até porque sabemos que o próprio Governo Federal não implantou nenhuma Lei de Responsabilidade Educacional no âmbito do Governo Federal, o que certamente até daria coerência à própria formulação feita pelo Deputado Elton Welter.

O que peço, Sr. Presidente, é que esse projeto seja retirado da Ordem do Dia, porque ele não tem como ser vencido, e vi aqui argumentar o Deputado Elio Rusch, porque ele é flagrantemente inconstitucional. Como vamos votar o tema que envolve constitucionalidade nesse primeiro turno, o que eu quero encarecer é para que os autores do projeto concordem com a retirada para que nós possamos discutir esse projeto de uma forma mais ampla, eventualmente envolvendo os autores, para que a idéia de criar os indicadores seja até aproveitada.

Agora, sinceramente, se eles não concordarem com a retirada, quero solicitar que nós possamos aprovar o requerimento retirando da Ordem do Dia, no sentido de promover de fato um melhor debate e uma lei que é flagrantemente inconstitucional.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Deputado Romanelli, só queria fazer uma pergunta para esclarecer melhor: na sua análise, qual a inconstitucionalidade que existe no projeto?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

O projeto de organização da estrutura do estado é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo. Estamos tratando, para se ter uma idéia, vou ler aqui uma emenda aditiva que já está aqui no projeto que diz: "O descumprimento ao disposto dessa lei, bem como o não cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual no tocante a área de Educação, caracteriza ato de improbidade administrativa por parte do Chefe do Poder Executivo e agente político responsável pela área de Educação em cada item nos termos da Lei Federal nº 8429 de 1992.

Ou seja, não estamos aqui tratando de uma lei para dar título de Cidadão Honorário. Estamos tratando de uma lei interessante que pode ser discutida, mas também quero dizer aqui que temos a responsabilidade, eu não tenho um parecer definitivo da Casa Civil, nem da Secretaria da Educação, e só encaminho uma lei favorável quando há efetivamente um sinal verde para que possamos analisar o tema. O tema é complexo, é uma maneira que eu lamento que os autores não tenham debatido, eu não posso aqui, por mais que tenha uma relação de gentileza, de irmandade mesmo com o Deputado Elton Welter e o Deputado Péricles, única e exclusivamente aqui no plenário, ou seja, por conta do bom convívio que temos, encaminhar um projeto como constitucional, quando constitucional ele não é.

Então, encaminho pelo requerimento da retirada do projeto por 10 Sessões, no sentido de tentar promover uma adequação do mesmo para que ele possa, de fato, adquirir as condições de poder tramitar normalmente e ser votado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não entendo, quero discordar do Deputado Romanelli, não vejo nenhuma consistência na sua argumentação de que esse projeto é inconstitucional. O Deputado não conseguiu explicar porquê ele acha o projeto inconstitucional. Se a emenda é inconstitucional, rejeitemos a emenda, a emenda não é o projeto. Inclusive acho que a emenda é importante, mas não é fundamental para o projeto. Eu entendo que o projeto estabelece metas para o Governo do Estado e é o Poder Legislativo que tem esse papel, sem nenhuma dúvida. É um projeto que eu não vejo nenhum argumento demérito contra ele.

Então, com todo respeito ao Deputado Romanelli, que é o nosso Líder, Líder do Governo, vou pedir a colaboração do Deputado, poderíamos votar em primeira discussão, mesmo porque a Comissão de Justiça, a Redação, entendeu que o projeto é constitucional, é legal portanto, que votemos em primeira Sessão o projeto, apontar essa caminho; e podemos em concordância com o Deputado Elton, chamar uma Audiência Pública, convocar a Secretaria da Educação para conversar conosco. Mas se nós deixarmos 10 Sessões para votar esse projeto. Com toda certeza, Sr. Presidente, esse projeto não será mais votado este ano, nos estaremos adiando o projeto para o ano que vem.

Então, queria que houvesse concordância com o Deputado Romanelli, que pudéssemos votar hoje em primeira discussão e depois podemos retirar por três, quatro Sessões, no máximo, e fazermos uma Audiência Pública, ouvindo setores do estado para aprovar este projeto ainda este ano. Sem dúvida nenhuma é de grande mérito este projeto apresentado.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Lamento que o Deputado Romanelli tenha ofendido o Presidente da CCJ, nosso “guru” do Judiciário da Casa, o Deputado Durval Amaral.

O Deputado Romanelli quando diz que é inconstitucional o projeto, feriu a CCJ. A CCJ é uma Comissão que tem os mais importantes Deputados representados pelos partidos políticos desta Casa. E não concordo com ele que o projeto é inconstitucional. Concordo com os Deputados Elton e Péricles. Vamos votar o requerimento, pois não há nada de inconstitucional, porque tem uma Comissão que define. Ou acreditamos na CCJ, ou daqui a pouco não precisamos mais de CCJ.

Por isso, meu voto é a favor do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sugiro ao Deputado Romanelli e aos autores do projeto que concordassem em retirar por duas Sessões, no máximo três, para que pudessem adequar o projeto em todas as Sessões. Não vejo dificuldades em discutir o tema e adequá-lo da melhor maneira possível.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Gostaria de fazer um acordo com o Deputado Romanelli, para que fizéssemos uma Audiência Pública com o Conselho Estadual de Educação para discutirmos essa lei.

Quero uma lei que se efetive de fato. Até por respeito da CCJ, pois votou, por unanimidade, esse projeto pela constitucionalidade. Poderemos levar especialistas para dizer onde está a inconstitucionalidade e a aplicação dessa lei. Da minha parte não retiro. Previamente terá que ter essa Audiência Pública. Tenho certeza, votaremos uma lei que possa ser aplicada no estado e nos municípios.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Concordo em retirar o projeto para, através da Comissão de Educação, promover uma Audiência Pública e chamar todos que possam participar dessa discussão.

A lei, da forma como está elaborada, é inconstitucional. E não vai se tornar constitucional por conta da realização de uma Audiência Pública. Agora, que é importante chamar para a discussão, não tenho dúvida disso. Se tem Governo que tem investido e transformado a Educação é o nosso Governo. E nos orgulhamos do que estamos fazendo. Basta ver os índices do IDEB do que tem acontecido.

Agora, que efetivamente o projeto não vai se tornar constitucional, não vai. Entendo que, infelizmente, muitos dos Parlamentares que estão aqui não tiveram tempo, estão assoberbados com outros temas, enfim, não puderam ler a lei.

Deputado Dobrandino, V. Exa. que foi Líder do Governo nesta Casa, que tomou o cuidado de ler esta lei, sabe que esta lei é inconstitucional, do primeiro ao último parágrafo. Ela impõe obrigações aos municípios, para se ter uma idéia, ou seja, há entes federados que não têm subordinação na regulamentação dessa lei. Muitos Parlamentares, Deputado Dobrandino, que leram, atentaram inclusive para esse debate, mas o fato é que quem pode até estar votando ou pensando que não leu a lei, se tivesse lido, Deputado Plauto, V. Exa. ia ver que é impossível aplicá-la lá em Ponta Grossa. Entendo que a Casa, quando vai votar uma lei, tem que saber o que está votando. Estou fazendo um alerta aqui.

Peço para que possamos fazer uma Audiência Pública. Concordo com ela.

Concordo com o Deputado Pérciles. Sou um homem do diálogo e do debate. Agora, que a lei não vai se transformar em constitucional por conta da Audiência Pública, não vai.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A minha sugestão, Deputado Romanelli, não foi no sentido da Audiência Pública ou coisa parecida. A minha sugestão foi de, ao invés do seu requerimento de retirada de 10 Sessões, que se retirasse por três Sessões para que V. Exas. pudessem discuti-la e chegar a um denominador comum, exclusivamente para que pudéssemos corrigir qualquer imperfeição ou não. Agora, se não há a concordância entre os autores e o Líder do Governo, nós votamos o requerimento e pronto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Presidente, não passou por unanimidade na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não tenho essa informação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É que o Deputado citou que foi unânime na CCJ, inclusive com voto do Deputado Romanelli, me parece. O próprio Romanelli votou a favor na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os autores e o Líder chegaram a uma conclusão?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Até faria um apelo ao Deputado Welter, já que o Líder do Governo pediu 10 Sessões e a sugestão do Presidente é por três Sessões, que se retire por três Sessões para que se possa encontrar, de repente, uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço ao Deputado Elio Rusch. Daqui a três Sessões, portanto final da semana que vem, reúne-se a Comissão de Educação com a Liderança do Governo e pronto. Está ok? **Aprovado o requerimento.**

Está retirado, portanto.

Agradeço aos autores, ao Líder do Governo e, em especial, ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch. O projeto volta daqui a três Sessões. Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 864/07.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 086/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste para funcionamento de organizações da agricultura familiar, conforme específica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC Nº 246/07

Curitiba, 06/08/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 159/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 346/07, tendo em vista parecer da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência de que a medida é contrária ao interesse público porque o referenciado imóvel poderá servir a órgãos estaduais e, também, inconstitucional em razão do fato de que a utilização que seria dada ao imóvel, caso fosse doado, não atenderia o disposto no artigo 10, da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 346/07 encontra-se publicado no DA nº 073/07, de 28/06/07, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 086/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, onde deverão funcionar organizações da Agricultura Familiar.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo

inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Por solicitação da autora que teve que se ausentar, apresenta um requerimento à Mesa, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão da Proposição nº 086/07. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão da Proposição nº 086/07.

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 119/07, de veto apostado ao Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Céu Azul os lotes nºs 7 e 8 da quadra 100, do loteamento urbano daquela cidade. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC Nº 367/07

Curitiba, 24/10/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 272/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 453/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 453/07 encontra-se publicado no DA nº 067/07, de 19/06/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 119/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Céu Azul, os lotes nºs 7 e 8 da quadra 100, do loteamento urbano daquela cidade, foi vetado pelo Governador do Estado, pois o mesmo julgou o projeto contrário ao interesse público, pois o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria encaminhar no sentido de pedir aos nobres Parlamentares, respeitando o autor deste projeto, meu companheiro e grande amigo, Deputado Dobrandino, mas a motivação do veto que está aqui apostado pelo Governador, ele está baseado num parecer da Secretaria de Estado da Administração de que a medida é contrária ao interesse público, porque o referido imóvel deverá servir a órgãos estaduais e, também, inconstitucional em razão do fato, de que a utilização que seria dada ao imóvel, caso fosse doado, não atenderia ao disposto no

artigo 10 da Carta Estadual. Esses são os motivos que fundamentam o veto aposto pelo Governador do Estado, Roberto Requião. Peço à nossa Bancada que vote SIM, pela manutenção do veto ao Projeto de Lei nº 086/07.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Vai se proceder à votação do item 06 da pauta.

Os Deputados que forem favoráveis ao veto, votam com a expressão SIM e os que forem contrários, com a expressão NÃO. Serão necessários 28 votos para a derrubada do veto.

Dezessete, SIM. Nove, NÃO. Duas abstenções.

Está mantido o veto.

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 142/07, de veto aposto ao Projeto de Lei nº 598/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Lobato o imóvel matriculado e registrado sob nº 2.459 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Astorga. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC Nº 475/07

Curitiba, 10/12/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 344/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 598/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas razões que passo a aduzir.

Pelo Princípio de Separação dos Poderes, entendo que o Legislador Estadual cumpre a sua função legislativa, ao apresentar a proposta de doar ao município de Lobato, imóvel contido no patrimônio do estado do Paraná, conforme especifica e também justifica.

Conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 23, é de competência comum da união, dos estados e dos municípios, zelar pela guarda da Constituição, da leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Pois bem, conservar o patrimônio público é uma das competências atribuídas ao estado, e o agente público que infringe o dispositivo constitucional atenta contra a Carta Magna.

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso VI, aduz que é competência privativa do Governador a organização e o funcionamento da administração estadual, onde, inclusive, se insere a gestão do patrimônio público.

Importante destacar que, no vocabulário jurídico, patrimônio público é “representado pelo con-

junto de bens que pertencem ao domínio do estado, e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas.” (Silva, De Plácido e, Vocabulário Jurídico / atualizadores: Nagibi Slaibi Filho e Gláucia Carvalho - Rio de Janeiro, 2007. Editora Forense, pág. 1015).

A definição acima citada não deixa dúvidas quanto à destinação dos bens públicos, qual seja, o atendimento de seus próprios objetivos, não restando possibilidade de o estado desfazer-se do patrimônio que se compôs, visto que deve aplicá-los em seus propósitos.

Importante dizer que os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis e, portanto, o agente público deve agir com a cautela pelas responsabilidades que lhe recaem em função dos seus atos.

Assim, conclui-se que, embora o legislador desempenhe sua função legislativa, o estado deve cumprir o disposto na Constituição Federal, de conservar o patrimônio público, e o disposto na Constituição Estadual, o Governador, como Chefe do Poder Executivo, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 598/07 encontra-se publicado no DA nº 093/07, de 15/08/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 142/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 198/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Lobato o imóvel matriculado e registrado sob nº 2.459 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Astorga. E foi vetado pelo Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comu-

nicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Conclusão

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 04/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Em votação.

Dezesseis, SIM; 11 NÃO; uma abstenção.

Está mantido o veto.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2982, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2934, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2938, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2940, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2941 a 2950 e 2952 a 2957, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2959 a 2977, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2978, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2981, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2979, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene de outorga de título de Cidadão Benemérito ao Dr. Paulo Rogério Mudrovitsch de Bittencourt, para quinta-feira dia 30, às 10h, por proposição da Sra. Deputada Cida Borghetti, lembrando aos Srs. Parlamentares sobre a Audiência Pública da Reforma Tributária no dia 31/10/08, a ser realizada em Cascavel.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 03 de novembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 043 e 491/07.

2º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 508 e 649/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 086/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 264/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9481, datado de 27/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, JOSELIA DA SILVA, matrícula nº 40360, de 30 (trinta) dias, a partir de 25/10/08 com término em 24/11/08, CID. 10D16.4.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

